



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CÂMPUS UNIVERSITÁRIO DE MIRACEMA
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL**

KARINA NOLÊTO DE SOUSA

**DIREITOS SOCIAIS DO IDOSO NOS ESCRITOS TEÓRICOS DO SERVIÇO
SOCIAL BRASILEIRO: REVISANDO PERIÓDICOS CIENTÍFICOS PUBLICADOS
ENTRE 2000 - 2018**

MIRACEMA DO TOCANTINS, TO

2021

Karina Nolêto de Sousa

**Direitos sociais do idoso nos escritos teóricos do serviço social brasileiro:
revisando periódicos científicos publicados entre 2000 - 2018.**

Monografia apresentada à UFT – Universidade Federal do Tocantins – Campus Universitário de Miracema, como requisito para obtenção do título de bacharel em Serviço Social, sob a orientação da Prof.^a Dr.^a Mariléa Borges Salvador.

Miracema do Tocantins, TO

2021

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins

S725d Sousa, Karina Nolêto de.

Direitos sociais do idoso nos escritos teóricos do serviço social brasileiro: revisando periódicos científicos publicados entre 2000 - 2018. / Karina Nolêto de Sousa. – Miracema, TO, 2021.

73 f.

Monografia Graduação - Universidade Federal do Tocantins –
Câmpus Universitário de Miracema - Curso de Serviço Social, 2021.

Orientadora : Mariléa Borges Salvador

1. Periódicos Científicos. 2. Serviços Social. 3. Direitos Sociais do Idoso. 4. Política Nacional do Idoso. I. Título

CDD 360

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

KARINA NOLÊTO DE SOUSA

DIREITOS SOCIAIS DO IDOSO NOS ESCRITOS TEÓRICOS DO SERVIÇO
SOCIAL BRASILEIRO: REVISANDO PERIÓDICOS CIENTÍFICOS PUBLICADOS
ENTRE 2000 - 2018

Monografia apresentada à UFT – Universidade Federal do Tocantins – Campus Universitário de Miracema, como requisito para obtenção do título de bacharel em Serviço Social, sob a orientação da Prof.^a Dr.^a Mariléa Borges Salvador

Data de Apresentação: 12/07/2021.

Banca Examinadora:

Profa. Dra. Mariléa Borges Salvador, Orientadora – UFT

Profa. Me. Amanda Eliza Vaz, Examinadora - UFT

Assistente Social Esp. Wesleya Dias – Examinadora Externa

Dedico este trabalho ao meu filho Bernardo Nolêto Miranda, que você filho, possa sempre olhar para o seu semelhante com respeito e amor. Também a minha avó e mãezinha Maria Madalena Ribeiro Nolêto (In memoriam) a pessoa que me ensinou a ter carácter, dignidade e sempre encarar a vida com fé, amor, alegria e respeito. Dedico a minha mãe Nelci Nolêto de Sousa, a mulher mais resiliente que já conheci. À minhas irmãs Susiane Nolêto de Sousa, Alana Esthefane Nolêto de Sousa e Bianca Tavares de Nolêto. Todos vocês e suas famílias são o amor da minha vida, o motivo da minha felicidade e existência.

AGRADECIMENTOS

À Universidade Federal do Tocantins, seu corpo docente, direção e administrativo que me oportunizaram compartilhando seus conhecimentos e a todo tempo me instigaram a desenvolver a reflexão crítica da realidade.

As minhas supervisoras acadêmicas de estágio professora Dra. Célia Maria Grandini Albiero, professora Me. Amanda Eliza Vaz, professora Dra. Marília de Fátima Marques Lopes Golfeto. As minhas supervisoras de campo Assistente Social Miriam de Jesus, Maryvalda Melo Santos, professora Dra. Maria Helena Cariaga, obrigada por compartilharem experiências que me proporcionaram muito aprendizado.

Ao grupo de idosos do projeto de extensão Roda de Conversas com Idosos, do Curso de Psicologia coordenado pelo professor Dr. Carlos Mendes Rosa, para mim é muito gratificante ter participado deste projeto, tenho saudade de todos os nossos encontros, cada um dos idosos do grupo, professores e colegas de estágio tem um lugar mais que especial em meu coração, obrigada a todos vocês.

Aos meus colegas de sala, alguns se tornaram amigos e na caminhada da vida pudemos compartilhar mais do que obrigações acadêmicas mas também amizade, respeito e cuidado.

A minha família, em especial meu filho Bernardo Nolêto Miranda, meu companheiro de vida, de sala de aula (rs rs rs). Você é meu bem maior filho, Te amo além de mim. Que Deus te guarde em todos os seus caminhos e que você sempre saiba escolher o melhor pra sua vida.

Minha mãe Nelci Nolêto de Sousa por seu amor e cuidado, orientação, aconchego e orações. Por ser presente nos momentos que mais preciso, mãe a senhora é o meu maior exemplo de amor. Te amo infinitamente.

Minhas irmãs, Susiane, Alana Esthefane e Bianca. Vocês, seus filhos e maridos são uma parte da minha vida, eu não poderia viver sem vocês.

Agradeço imensamente minha orientadora professora Dra. Mariléa Borges Salvador, obrigada por sua orientação não só na academia, mas pelos conselhos que vou levar por toda vida. Obrigada por cada palavra de conforto em momentos que imaginei não conseguir superar, sua força enquanto mulher revolucionária me inspira e me faz acreditar que somos capazes de realizar grandes feitos.

Por fim, agradeço a banca examinadora que se dispôs a me avaliar, agradeço pela oportunidade de ter cursado Serviço Social, um curso que me fez enxergar o

mundo e a vida por outro ângulo, a não julgar os fatos pela aparência, procurando sempre fugir do imediatismo a fim de observar a raiz dos acontecimentos. Agradeço por ter encontrado em meu caminho muitas pessoas que me inspiraram a ser um ser humano melhor.

“Quando eu não me sentir mais útil,
quando eu sentir que estou pensando
apenas em mim mesmo, eu não tenho
mais o direito de estar vivo.”

Dr. Enéas Carneiro.

RESUMO

A pesquisa apresentada neste trabalho de conclusão do Curso de Serviço Social traz como tema “Direitos Sociais do idoso nos Escritos Teóricos do Serviço Social”. O objetivo geral do presente trabalho é analisar os periódicos científicos do Serviço Social no período entre 2000 e 2018 a fim de compreender como se desenvolvem as produções científicas que investigam e debatem sobre os direitos sociais do idoso. Com o intuito de acrescentar informações e conhecimentos que aprofundem ainda mais o debate sobre o tema em questão, na realização deste trabalho, utilizamos o método de pesquisa bibliográfica qualitativa, partindo do interesse em analisar e compreender o contexto histórico do direito social do idoso no Brasil. O que foi feito? Quais as conquistas efetivadas? Quantos e quais periódicos estavam debatendo este assunto e como ocorre a efetivação da Política Nacional do Idoso. É a partir da Constituição Federal de 1988 que essa temática passa a fazer parte dos debates teóricos, uma vez que o fenômeno envelhecimento parecia estar um pouco distante da área de atuação do Serviço Social. Ressaltamos a importância do Serviço Social para a garantia e efetivação dos direitos sociais do idoso baseando-se na Constituição Federal de 1988, na Política Nacional do Idoso e no Estatuto do Idoso que possibilitam viabilizar a proteção, dignidade e a cidadania da pessoa idosa no âmbito das Políticas Sociais. Até o ano de 1994 no Brasil não existiam políticas públicas voltadas para a pessoa idosa, somente a partir da criação da Lei. 8.842 de 4 de Janeiro do mesmo ano, com a criação do Conselho Nacional do Idoso é que as diretrizes da Política Nacional do Idoso começam a ser executadas, ressaltando a importância da participação dos agentes públicos na esfera federal, estadual e municipal, tendo como objetivo criar condições para promover a qualidade de vida da pessoa humana no processo de envelhecimento. Por fim, a pesquisa demonstra a importância de se compreender a velhice e sua totalidade, considerando os fenômenos sociais, culturais, físicos, psicológicos, emocionais e financeiros que precisam ser debatidos e analisados no sentido de se compreender a realidade, pois o Serviço Social como profissão interventiva utiliza o conhecimento produzido para desenvolver ações concretas na busca pela efetivação dos direitos da população idosa.

Palavras-chave: Periódicos científicos. Serviço Social. Direitos sociais do idoso. Política Nacional do Idoso.

ABSTRACT

The research presented in this final paper of the Social Work Course brings the theme “Social Rights of the Elderly in Theoretical Writings of Social Work”. The general objective of this work is to analyze the scientific journals of Social Work in the period between 2000 and 2018 in order to understand how scientific productions that investigate and debate on the social rights of the elderly are developed. In order to add information and knowledge that further deepen the debate on the topic in question, in carrying out this work, we used the qualitative bibliographic research method, based on the interest in analyzing and understanding the historical context of the social right of the elderly in Brazil .What was done? What are the achievements made? How many and which periodicals were debating this issue and how is the implementation of the National Policy for the Elderly. It is from the Federal Constitution of 1988 that this theme becomes part of theoretical debates, since the aging phenomenon seemed to be a little distant from the area of activity of Social Work. We emphasize the importance of Social Service for the guarantee and realization of the social rights of the elderly, based on the Federal Constitution of 1988, the National Policy for the Elderly and the Elderly Statute that enable the protection, dignity and citizenship of the elderly in the context of Social Policies. Until 1994 in Brazil there were no public policies aimed at the elderly, only after the creation of the Law. 8,842 of January 4 of the same year, with the creation of the National Council for the Elderly, the guidelines of the National Policy on Elderly people begin to be performed, emphasizing the importance of the participation of public agents at the federal, state and municipal levels, aiming to create conditions to promote the quality of life of the human person in the aging process. Finally, in this perspective, the bibliographical research presented here demonstrates the importance of understanding old age and its totality, considering the social, cultural, physical, psychological, emotional and financial phenomena that need to be debated and analyzed in order to understand reality as Social Work as an interventional profession uses the knowledge produced to develop concrete actions in the search for the realization of the rights of the elderly population.

Keywords: Scientific journals. Social Service. Social rights of the elderly. National Policy for the Elderly

LISTA DE SIGLAS

BIUS	Boletim Informativo Unimotrisaúde em Sociogerontologia
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento Pessoal de Nível Superior
CEVS	Centro Nacional de Vigilância em Saúde
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPDA	Idoso que potencialmente demanda assistência
NEPEV	Núcleo de Estudos e Pesquisa em Violência
NVDANTs	Núcleo de Doenças e Agravos Não-Transmissíveis
OMS	Organização Mundial de Saúde
ONGS	Organização Não Governamental
PCI	Potencial cuidador informal
PIFPS	Projeto Idoso Feliz Participa Sempre
PIFPS-U3IA	Projeto Idoso Feliz Participa Sempre Universidade da 3ª Idade Adulta
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNI	Política Nacional do Idoso
PNSPI	Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa
POF	Pesquisa de Orçamento Familiar
PUCRS	Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
PUCSP	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
SER/IH/Unb	Colegiado de Pós-Graduação em Política Social da Universidade de Brasília
SES-RS	Secretaria Estadual de Saúde do Rio Grande do Sul
SUS	Sistema Único de Saúde
UBS	Unidade Básica de Saúde
UCPeL	Universidade Católica de Pelotas
UFAM	Universidade Federal do Amazonas
UFRES	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UnATI/UERJ	Projeto de Extensão Universidade aberta da terceira Idade da Universidade Federal do Rio de Janeiro
UTI	Unidade de Terapia Intensiva

XVI-ENPESS-UFWA

16º Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social – Universidade Federal de Vitória. Espírito Santo. 2016

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	12
2	DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA.....	16
2.1	A luta pela cidadania do idoso: o movimento dos aposentados e pensionistas pelo direito à velhice tranquila.....	18
2.2	O estatuto do idoso	21
3	OS PERIÓDICOS CIENTÍFICOS QUE DEBATEM OS DIREITOS DO IDOSO	24
3.1	Os subtemas mais abordados	26
3.2	Características gerais das produções acadêmicas	28
4	OS DIREITOS DOS IDOSOS NA PRODUÇÃO TEÓRICA DO SERVIÇO SOCIAL: UMA ANÁLISE COMPARATIVA DAS ABORDAGENS ELABORADAS ENTRE 2000 – 2018.....	35
4.1	Na conjuntura neoliberal: 2000 – 2003.....	35
4.2	Na conjuntura da democracia participativa: 2003 – 2016.....	39
4.3	Na conjuntura do golpe de estado e transição ao neofascismo: 2016 – 2018	61
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	67

1 INTRODUÇÃO

Investigar e percorrer os periódicos científicos da área de Ciências Sociais Aplicadas, especificamente no Serviço Social, em busca de produções que debatem e analisam os Direitos Sociais do Idoso foi uma tarefa laboriosa, intensa, mas ao mesmo tempo instigante. Em nossa pesquisa, percebemos que a maioria dos escritos teóricos em torno dessa temática, quando começaram a ser produzidos, se preocupavam em abordar o fenômeno do envelhecimento populacional, não apenas no Brasil, como no mundo.

Dados estatísticos eram sempre apresentados e todos os trabalhos (artigos, monografias, dissertações e teses) atribuíam a causa da longevidade à queda de fecundidade e da mortalidade. Com a redução da taxa de fecundidade, mas ao mesmo tempo o seu contraponto, a redução do número de óbitos, é natural o aumento da expectativa de vida, pois, diante deste fato, a possibilidade de pessoas chegarem a uma idade avançada é cada vez maior.

No entanto, percebemos também que poucos estudos durante o século XX estavam voltados para o tema da velhice no Brasil. E mesmo os estudiosos do Serviço Social, como área que se propõe a estar em constante interação com os direitos sociais e políticos da população, mesmo assim, o número de trabalhos acadêmicos sobre esta temática era ínfimo.

É claro que estamos cientes que a população do Brasil começou a aumentar a sua expectativa de vida somente a partir da segunda metade do século passado. Sabemos que foi na virada do século XX para o XXI que este fenômeno do envelhecimento populacional cresceu e continua, até hoje, em ritmo acelerado. Entendemos que este seja, talvez, o principal motivo de cientistas e pesquisadores se ocuparem mais de outros temas.

Sabemos também que foi a partir da Constituição Federal de 1988 que este tema começou a fazer parte dos debates, do discurso da democracia e do acesso universal aos serviços, mais precisamente amparados no Art. 230, que diz: “a família, a sociedade e o Estado tem o dever de amparar as pessoas idosas, assegurando sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar e garantindo-lhes o direito à vida” (BRASIL, 1988).

Estudiosos e pesquisadores do Serviço Social, de acordo com investigações realizadas em revistas científicas, estavam neste período se ocupando de temas

diversos, só para citar alguns: saúde, trabalho, família, crianças, pobreza, desigualdade social e/ou exclusão social e a própria profissão do assistente social, incluindo subtemas como: prática profissional, formação profissional, pesquisa e produção de conhecimento, história do serviço social, metodologia do serviço social, entre outros.

Contudo, o fenômeno do envelhecimento e os direitos garantidos pela constituição de 1988 parecem ter rompido com o diminuto interesse sobre o tema, fazendo com que os assistentes sociais passassem a atuar efetivamente, principalmente na área da Seguridade Social (saúde, assistência social e previdência social) e compreender que, quando se trata de pessoas idosas, o direito à vida engloba não apenas a longevidade, mas o envelhecimento com dignidade, respeito, proteção e inserção social.

Aos poucos, o tema foi ganhando relevância, principalmente após a virada do período de regime ditatorial no Brasil (golpe de Estado - 1964 a 1985) para uma democracia participativa, com um governo popular e mais preocupado com as questões sociais, culturais, políticas e econômicas de sua população. Só então a partir desse momento é que temas específicos, voltados à garantia de uma vida digna para os idosos começou a proliferar no meio acadêmico do Serviço Social e em outros cursos das Ciências Sociais. No entanto, muita coisa ainda estava por fazer. E a luta para essas conquistas seria grande.

Diante deste cenário foi que surgiu o nosso interesse na pesquisa pela temática dos idosos no Brasil. O que estava sendo feito, realmente? Quais as conquistas efetivadas? Quantos e quais periódicos científicos se ocupavam em debater este assunto? Quais os subtemas mais abordados pelos pesquisadores? Estas e outras questões, aliadas ao meu engajamento em projetos de extensão de atendimento aos idosos de Miracema, no curso de Serviço Social da UFT, foram fundamentais na escolha do tema para este trabalho de conclusão de curso.

Optamos por uma pesquisa bibliográfica, de natureza básica (e não aplicada), procurando, com isso, gerar mais debates, informações e conhecimentos para a área do Serviço Social. Da perspectiva de seus objetivos, caminhamos por uma pesquisa exploratória, na tentativa de assegurar maior familiaridade com o tema, a partir de levantamentos bibliográficos, utilizando as revistas científicas da área de Ciências Humanas e Sociais, e ainda outros meios e aportes teóricos, como artigos apresentados em anais de congressos e teses, dissertações e monografias sobre a

temática. Quanto à abordagem da problemática, nossa pesquisa é do tipo qualitativa, cujo material coletado procurou retratar o maior número possível de elementos existentes na realidade estudada, para melhor proceder à análise e interpretação dos textos pesquisados.

No capítulo primeiro, “Dos direitos da pessoa idosa”, citamos, logo de partida, a Constituição Federal do Brasil, de 1988, como documento fundamental que procura garantir a proteção, a dignidade e a cidadania do idoso. Em seguida, apresentamos e discutimos sobre a Política Nacional do Idoso e o Estatuto do Idoso, cujas legislações surgiram com o propósito de efetivar as necessidades do idoso, no âmbito das políticas sociais.

No capítulo segundo, “Os periódicos científicos que debatem os direitos do idoso”, exploramos e vasculhamos inúmeras revistas sobre a temática, até selecionar aquelas que englobavam o maior número de artigos que se ocupavam da velhice no Brasil, bem como os subtemas mais abordados e as principais características das produções acadêmicas e científicas sobre o assunto em pauta. Foram estudadas 07 (sete) revistas do Serviço Social e áreas afins: Serviço Social e Sociedade, Serviço Social em Revista, Sociedade em Debate, O Social em Questão, SER Social, Educação e Realidade e Horizontes Antropológicos.

No capítulo terceiro nos preocupamos em examinar mais detalhadamente o conteúdo dos artigos que ocupavam as páginas dos periódicos selecionados, com o intuito de proceder a uma análise comparativa das abordagens teóricas, no período que inicia o século XXI, onde já se vê no Brasil o estabelecimento da conjuntura neoliberal. Para isso, catalogamos textos que foram escritos e publicados nos anos de 2000 a 2003.

Da mesma forma, caminhamos por textos que foram produzidos nos anos de 2003 a 2016, na então chamada democracia participativa, período em que houve maior liberdade para expressar e fomentar debates e análises sobre variadas questões relacionadas ao idoso. Para esta pesquisa, selecionamos os subtemas: Violência, Cidadania, Saúde, Educação, Antropologia do Corpo e Direitos Sociais & Políticas Sociais.

Por fim, passamos a percorrer textos que foram publicados no momento político brasileiro em que ocorreu o Golpe de Estado contra a então presidenta Dilma Rousseff (2016) e a partir daí a transição a um neofascismo, em 2018. É bem verdade que o número de artigos encontrados nos periódicos selecionados, neste período, é bem

reduzido. Ficando este último tópico da pesquisa (e do trabalho de conclusão de curso) dedicado somente aos Direitos Sociais & Políticas Sociais.

2 DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA

O idoso no Brasil está “muito bem” no campo legislativo. Isso é o que acreditam alguns juristas brasileiros, já que a proteção ao idoso, na virada do século XX para o XXI, tem agora assento constitucional. Para muitos, a constituição federal do 1988, documento que procura assegurar a dignidade humana, é o instrumento perfeito (que garante os meios legais), para que o idoso receba o tratamento necessário e para que seja tratado como cidadão, ao invés de ser discriminado na sociedade.

Contudo, ser discriminado é o que acontece com o idoso, na maior parte do tempo. Concordando com Paz, Melo e Soriano (2012, p. 64), “em nossa sociedade capitalista, culturalmente, quem envelhece, em geral, convive numa espécie de *apartheid social*”. Condicionados a viverem a um tipo de margem da sociedade, dizem os autores, “os idosos costumam ser considerados caretas, ultrapassados, inúteis e obsoletos” (PAZ et al., 2012, p. 64).

De acordo com o artigo 230, da Constituição Federal (BRASIL, 1988), é dever da “família, da sociedade e do Estado amparar as pessoas idosas, assegurando sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar e garantindo-lhes o direito à vida”. No parágrafo primeiro (§1º) do artigo, está expresso que “os programas de amparo aos idosos serão executados preferencialmente em seus lares”. E no parágrafo segundo (§2º) consta que “aos maiores de sessenta e cinco anos é garantida a gratuidade dos transportes coletivos urbanos”.

Para os autores Cielo e Vaz (2009, p. 34), tanto o artigo 230 da Constituição Federal, como o artigo 229, que estabelece aos filhos maiores o dever de ajudar e amparar os pais na velhice, carência ou enfermidade, “asseguram a participação do idoso na sociedade, garantindo-lhes o direito à vida”. Segundo estes autores, trata-se de um enorme avanço na proteção aos direitos dos idosos, proporcionando não somente a dignidade como também a cidadania.

A cidadania e a dignidade da pessoa humana são, de fato, fundamentos do Estado Democrático de Direito. Cielo e Vaz (2009, p. 34) ressaltam ainda que isso é uma ideia universal, e, “ao colocá-la no texto constitucional, significa representá-la empiricamente”, isso porque “nos países democráticos a dignidade do cidadão é sem dúvida um dos principais temas constitucionais”. Tanto, que o referido tema está contemplado também na Declaração dos Direitos Humanos.

A Constituição Federal Brasileira de 1988, a Política Nacional do Idoso e o Estatuto do Idoso, segundo Faria e Paixão (2018, p. 3), são legislações que vem “tecendo os pilares para a construção e efetivação de uma rede de proteção para a pessoa idosa, contemplando de maneira prioritária e integral as suas necessidades no âmbito das políticas sociais”. Entretanto, ao mesmo tempo, os autores questionam: “como garantir direitos para toda a população que envelhece, de forma digna e satisfatória, em um contexto de desigualdades e de violações de sua população? (FARIA; PAIXÃO, 2018, p.3).

O Brasil tem registrado um aumento significativo de pessoas idosas e/ou em fase de envelhecimento. Entre os anos de 2012 a 2017, segundo os autores Faria e Paixão (2012, p. 3), a população de idosos cresceu em todas as unidades de federação do país. “O Rio de Janeiro e o Rio Grande do Sul são os estados com maior proporção de pessoas com 60 anos ou mais, sendo ambos correspondendo a 18,6%”.

A pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE) em abril de 2018, apresentou que de 2012 até 2017 a população brasileira vem mantendo a tendência do envelhecimento. Em 2012 o país tinha 25,4 milhões de pessoas com ou mais de sessenta anos de idade. No período de cinco anos, o país ganhou 4,8 milhões de idosos, atingindo o quantitativo de 30,2 milhões em 2017. No período de cinco anos o crescimento deste grupo etário foi de 18%, sendo as mulheres a maioria, representando 56% de idosos da população brasileira e os homens 44% (FARIA; PAIXÃO, 2012, p.3).

Quando se pensa em políticas públicas voltadas para a proteção da população idosa no Brasil, os autores Faria e Paixão (2012, p. 4) nos informam que até o ano de 1994 elas não existiam no país: “o que existia eram iniciativas privadas, com algumas medidas públicas consubstanciadas em programas”. Somente a partir deste ano foi criada a Lei 8.842 que instituiu a Política Nacional do Idoso, que tem como finalidade no seu artigo 1º assegurar os direitos da pessoa idosa, “visando sua autonomia e a participação na sociedade. No artigo 2º consta que o idoso, para os efeitos desta Lei, é a pessoa maior de sessenta anos de idade”.

2.1 A luta pela cidadania do idoso: o movimento dos aposentados e pensionistas pelo direito à velhice tranquila

Documento que representa um instrumento da cidadania, numa perspectiva de compromisso entre o poder público e a sociedade civil, a Política Nacional do Idoso, Lei 8.842/1994, está norteada por cinco princípios (art. 3º do Capítulo II, seção I):

1. A família, a sociedade e o Estado têm o dever de assegurar ao idoso todos os direitos da cidadania, garantindo sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade, bem-estar e o direito à vida;
2. O processo de envelhecimento diz respeito à sociedade em geral, devendo ser objetivo de conhecimento e informação para todos;
3. O idoso não deve sofrer discriminação de qualquer natureza;
4. O idoso deve ser o principal agente e destinatário das transformações a serem efetivadas através dessa política;
5. As diferenças econômicas sociais regionais e particularmente, as contradições entre o meio rural e o urbano do Brasil deverão ser observadas pelos poderes e pela sociedade em geral na aplicação dessa lei (PNI, Lei nº 8.842, 04/01/1994).

Para Lemos (2013, p. 53), “a pessoa idosa deve ser o principal agente e destinatário de políticas públicas. Onde estas leis devem proporcionar formas de garantia ao exercício de seus direitos”.

Tais ações devem considerar as diferenças econômicas, sociais, regionais e particularmente, as contradições entre os meios rural e urbano do Brasil. No processo de formulação, implementação e avaliação de políticas públicas, programas, planos, projetos e ações para a pessoa idosa, a sua participação por meio de suas organizações representativas é fundamental (LEMOS, 2013, p. 53).

A organização e gestão da Política Nacional do Idoso são realizadas por meio do Ministério da Previdência e Assistência Social com a participação dos Conselhos Nacional, Estadual e Municipal do Idoso. Quem nos informa isso é Lemos (2013), “sendo de competência a execução de conselhos a supervisão, acompanhamento, fiscalização e avaliação da PNI nas suas respectivas instâncias” (LEMOS, 2013, p. 54).

A autora enfatiza ainda a necessidade de tornar real a efetivação dos direitos já expressos em Lei. Para isso, é preciso articular uma política que trate “os direitos humanos dessas pessoas de forma integrada entre os três poderes – Executivo, Legislativo e Judiciário - do Ministério Público e da Defensoria Pública na execução de políticas públicas voltadas para a população idosa” (LEMOS, 2013, p. 54).

Ela destaca também que para possibilitar e facilitar o acesso da população idosa aos benefícios na Lei, é importante que cada Estado e Município criem seu respectivo Conselho Estadual e Municipal do Idoso. E percebe que, diante do processo de envelhecimento populacional, juntamente com o aumento da expectativa de vida no Brasil, estamos diante de um importante desafio: “a necessidade de criar condições para que o prolongamento da vida se dê com qualidade. Isto requer o redimensionamento e a reestruturação do sistema de garantias dos direitos da pessoa idosa” (LEMOS, 2013, p. 54).

Sobre as diretrizes da Política Nacional do Idoso, estão constituídas em seu artigo 4º:

- I - Viabilização de formas alternativas de participação, ocupação e convívio do idoso, que proporcionem sua integração às demais gerações;
- II - Participação do idoso, através de suas organizações representativas, na formulação, implementação e avaliação das políticas, planos, programas e projetos a serem desenvolvidos;
- III - Priorização do atendimento ao idoso através de suas próprias famílias, em detrimento do atendimento asilar, à exceção dos idosos que não possuam condições que garantam sua própria sobrevivência;
- IV - Descentralização político-administrativa;
- V - Capacitação e reciclagem dos recursos humanos nas áreas de geriatria e gerontologia e na prestação de serviços;
- VI - Implementação de sistema de informações que permita a divulgação da política, dos serviços oferecidos, dos planos, programas e projetos em cada nível de governo;
- VII - Estabelecimento de mecanismos que favoreçam a divulgação de informações de caráter educativo sobre os aspectos biopsicossociais do envelhecimento;
- VIII - Priorização do atendimento ao idoso em órgãos públicos e privados prestadores de serviços, quando desabrigados e sem família;
- IX - Apoio a estudos e pesquisas sobre as questões relativas ao envelhecimento (BRASIL, 1994, p. 1).

Em seu Parágrafo único das Diretrizes da Política Nacional do Idoso, consta que “é vedada a permanência de portadores de doenças que necessitem de assistência médica ou de enfermagem permanente em instituições asilares de caráter social”.

Mas a Política Nacional do Idoso, na verdade, é o resultado de diversas mobilizações dos movimentos dos idosos aposentados e pensionistas. Segundo os autores Cielo e Vaz (2009):

A lei é fruto de reivindicações feitas pela sociedade, sendo resultado de inúmeros debates e consultas ocorridas nos Estados e Municípios, nos quais participaram idosos em plena atividade, aposentados, educadores, profissionais da área de gerontologia e geriatria e várias entidades

representativas desse seguimento, que elaboraram um documento que se transformou no texto base da lei (CIELO; VAZ, 2009, p. 38).

Foi na década de 1970 que o Brasil viu surgir a criação de diversas associações de aposentados e pensionistas, de várias áreas profissionais. Segundo Lemos (2013, p. 51), “estas organizações possuíam o objetivo comum de reivindicar e defender os interesses destas categorias”. Assim, surgiram alguns movimentos ligados à defesa e ampliação dos direitos relacionados à população idosa. Entre estes movimentos estão “o Movimento Pró-Idosos em 1975; a Federação de Aposentados e Pensionistas de São Paulo em 1983; a Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas em 1985”.

Estas organizações se espalharam por todo o território brasileiro, conquistando de forma gradativa visibilidade nas reivindicações, onde obtiveram seu amadurecimento durante um período considerado de crise da previdência, divulgado na mídia escrita e televisionada (LEMOS, 2013, p. 52).

Cielo e Vaz (2009, p. 38) alertam que a legislação, entretanto, não tem sido eficientemente aplicada. Para eles, isto se deve a vários fatores, “que vão desde contradições dos próprios textos legais até o desconhecimento de seu conteúdo”.

A área de amparo à terceira idade é um dos exemplos que mais chama atenção para a necessidade de uma ação pública conjunta, pois os idosos muitas vezes são vítimas de projetos implantados sem qualquer articulação pelos órgãos de educação, de assistência social e de saúde, o que contraria a ideia do capítulo 3º, parágrafo único, da referida lei que determina que os Ministérios das áreas de saúde, educação, trabalho, previdência social, cultura, esporte e lazer devem elaborar proposta orçamentária, no âmbito de suas competências, visando ao financiamento de programas nacionais compatíveis com a Política Nacional do Idoso (CIELO; VAZ, 2009, p.38).

Na opinião destes autores, não basta o engajamento de determinados órgãos públicos. Isso não é o suficiente para que os idosos obtenham seu reconhecimento e identidade pessoal e social. Para eles, a família precisa estruturar-se, “a fim de proporcionar uma melhor convivência entre os seus membros, assumindo assim o seu novo papel em relação à tutela jurídica e ao amparo dos idosos”. Isso porque “o papel essencial da família, no cenário social brasileiro está ligado à proteção, afetividade, alimentação, habitação, cuidados e acompanhamento médico, respeito e companheirismo” (CIELO; VAZ, 2009, p. 39).

Envelhecer é um direito de todos. E seguindo (em várias disposições) as diretrizes da Política Nacional do Idoso, foi criado também o Estatuto do Idoso, que surgiu para dar ainda mais dignidade a esta categoria humana. Para Cielo e Vaz

(2009, p. 42), o Estatuto veio em boa hora, com o objetivo de dar “continuidade ao movimento de universalização da cidadania, levando até o idoso a esperança de que seus anseios e necessidades estão de fato garantidos”.

A Política Nacional do Idoso, esclarecem novamente Cielo e Vaz (2009, p. 39), tem como objetivo principal criar condições para promover a longevidade com qualidade de vida, colocando em prática ações voltadas não apenas para os que estão velhos, mas também para aqueles que vão envelhecer, “procurando impedir qualquer forma de discriminação de qualquer natureza contra o idoso, pois ele é o principal agente e o destinatário das transformações a serem efetivadas através desta política” (CIELO; VAZ, 2009, p. 39).

No entanto, de acordo com Cielo e Vaz (2009), ainda existe um abismo entre a lei e a realidade dos idosos no Brasil. Segundo os autores, para que a situação se modifique, é necessário que ela continue sendo debatida e reivindicada em todos os espaços possíveis, “pois somente a mobilização permanente da sociedade será capaz de levar até os idosos a esperança de uma nova visão sobre o processo de envelhecimento dos cidadãos brasileiros” (CIELO; VAZ, 2009, p. 41).

2.2 O estatuto do idoso

Instituído pela Lei nº 10.741, de 01 de outubro de 2003, o Estatuto do Idoso tramitou no Congresso a partir de 1997 e foi gerado, também, por iniciativa do movimento dos aposentados, pensionistas e idosos vinculados à Confederação Brasileira dos Aposentados e Pensionistas.

Segundo nos informa Lemos (2013, p. 54), o Estatuto estabeleceu prioridade absoluta às normas protetivas ao idoso, elencando novos direitos e estabelecendo vários mecanismos específicos de proteção, entre elas a inviolabilidade física, psíquica e moral e a precedência no atendimento ao permanente aprimoramento de suas condições de vida.

Lemos (2013) ao citar Neri (2005, p. 07-24), explica que em 2000 foi instituída uma Comissão Especial da Câmara Federal para tratar do Estatuto do Idoso. A seguir, “foram realizados dois seminários nacionais, um em 2000 e o outro em 2001, bem como quatro seminários regionais e um outro, promovido pela Comissão de Direitos Humanos e pela 3ª Secretaria da Câmara Federal”.

Ainda na esteira do pensamento de Neri (2005, p. 07-24), Lemos (2013, p. 55) procura esclarecer que:

A respeito desse processo de elaboração e aprovação das duas leis pelo Congresso Nacional, é importante observar que elas resultam da pressão de setores organizados da sociedade sobre os políticos, o que significa que refletem princípios e ideologias de uns e de outros. A promulgação das duas Leis reflete a forma como ocorreu a construção da categoria velhice pela sociedade brasileira, ao longo do século XX (NERI, 2005, p. 07-24).

O Estatuto do Idoso visa a assegurar a realização dos direitos humanos da pessoa idosa, ou seja, “o exercício dos direitos civis, políticos, econômicos, sociais, culturais e ambientais desse segmento populacional, criando condições para promover sua autonomia, integração e participação efetiva na sociedade”. É o que acredita Lemos (2013, p. 55). Para ela, a partir deste documento os idosos “poderão exigir a proteção aos seus direitos e demais membros da sociedade podem se tornar mais sensibilizados para o amparo dessas pessoas”.

Preza no artigo 33 deste documento que a assistência social aos idosos será prestada, de forma articulada, conforme os princípios e diretrizes previstos na Lei Orgânica de Assistência Social - LOAS, na Política Nacional do Idoso e no Sistema – PNI, Sistema Único de Saúde - SUS. Sendo complementado pelo artigo 34 ao garantir que os idosos a partir de 65 (sessenta e cinco) anos, que não possuam meios para promover sua subsistência nem tê-la provida por sua família, o benefício mensal de 01 (um) salário mínimo, nos termos da Lei Orgânica de Assistência – LOAS (LEMOS, 2013, p. 56).

Para Cielo e Vaz (2009, p. 43), o Estatuto do Idoso não inova apenas ao “reunir as normas relativas à proteção da pessoa idosa, mas também cobra das pessoas seu envolvimento para o efetivo funcionamento daquilo que foi previsto pelo legislador”.

O Estatuto do Idoso não apenas criou direitos, mas também um sistema inteiro de proteção da pessoa idosa. Uma lei ao ser aprovada e colocada em execução leva tempo até alcançar os seus objetivos trazendo as mudanças que se espera, requerendo, portanto, dedicação na divulgação das medidas e empenho na fiscalização de seu cumprimento (CIELO; VAZ, 2009, p. 43).

É importante destacar aqui os direitos e as garantias dadas aos idosos após a aprovação da Lei nº 10.741, tais como: amparo à saúde; educação; cultura; esporte; lazer; trabalho; previdência social; assistência social; habitação; acessibilidade; transporte coletivo público urbano. Para Cielo e Vaz (2009, p. 45), é inegável que estes direitos e garantias são uma importante conquista, contudo, “mesmo sendo a maior já observada na área do envelhecimento no Brasil, há ainda a necessidade de sua efetiva implantação”.

Lemos (2013, p. 57), pegando carona no pensamento de Camarano (1999, p. 20-21) relembra que os cenários futuros para a velhice dependerão “do desenvolvimento global do país e de uma política social mais justa, que produzam uma melhor distribuição da riqueza, possibilitem o acesso a bens e serviços e viabilizem programas sociais e educacionais para as gerações”.

Diante disso, a autora compreende que o envelhecimento populacional, “juntamente com a pobreza e a exclusão, deve ser considerado um aspecto determinante pelos formuladores de políticas e propostas de atenção à população em geral e, em especial, àquela que hoje já se encontra idosa” (LEMOS, 2013, p. 57).

3 OS PERIÓDICOS CIENTÍFICOS QUE DEBATEM OS DIREITOS DO IDOSO

Na virada do século XX para o XXI, particularmente após a criação da Política Nacional do Idoso e do Estatuto do Idoso, cresceram as publicações que procuram levantar questões relacionadas aos direitos da pessoa idosa, bem como ações, iniciativas e políticas públicas, algumas na esfera privada e outras nas instituições da sociedade civil organizada, como as ONGS e o Terceiro setor.

Além das teses, dissertações e monografias, bem como os Anais de Encontros, Seminários e Congressos, as revistas científicas (em especial as que estão incorporadas nas áreas de ciências humanas e sociais) tem desempenhado um importante papel ao levantar debates sobre a temática da velhice e/ou do idoso no Brasil, embora o número de publicações ainda seja insuficiente para dar conta de um debate mais amplo com a sociedade.

Em nossa pesquisa pelos periódicos científicos, percebemos que o Serviço Social é o que mais puxa esse debate, por ser um curso (e uma profissão) que está em constante interação com os direitos sociais e humanos e com as políticas públicas voltadas para estes direitos.

Buscando e explorando periódicos científicos, tais como: *Revista de Políticas Públicas*, *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, *Revista de Saúde Pública* e muitas outras, encontramos interessantes textos que abordam temas referentes à terceira idade. Primeiramente, pesquisamos curiosamente na Revista *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, mas a maior parte de artigos sobre essa temática foram encontrados em revistas pertencentes à área das Ciências Sociais: *Horizontes Antropológicos*, *Sociedade em Debate*, *Educação e Realidade*, *Serviço Social em Revista*, *Serviço Social e Sociedade*, *O Social em Questão* e *Ser Social*.

De acordo com as mais recentes estratificações da Tabela Qualis, da área de Serviço Social e de áreas afins, os periódicos encontrados e selecionados para esta pesquisa estão assim classificados:

- **Revista Horizontes Antropológicos:** Qualis A1 - Periódico quadrimestral publicado pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Brasil. Trata-se de uma das melhores revistas acadêmicas da área de Antropologia, de alta qualificação e abrangência internacional.

- **Revista Sociedade em Debate:** Qualis A4 - Está vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Política Social e Direitos Humanos do Centro de Ciências Sociais e Tecnológicas da Universidade Católica de Pelotas - UCPel. Se constitui em um espaço plural, divulgando, difundindo e debatendo as produções científicas relacionadas às Políticas Sociais, ao Serviço Social e aos Direitos Humanos.
- **Revista Educação e Realidade:** Qualis A1 – Periódico que procura divulgar a produção científica na área da educação e o incentivo ao debate acadêmico para a produção de novos conhecimentos. Tem como objetivo central servir de veículo não apenas para o conhecimento e as pesquisas já consolidadas, mas também para perspectivas inovadoras, tanto no que se refere à argumentação quanto à metodologia, e que se apresentam como alternativas aos modelos estabelecidos na área.
- **Serviço Social em Revista:** Qualis A4 - É uma publicação semestral do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Política Social da Universidade Estadual de Londrina. Publica, em fluxo contínuo, trabalhos inéditos (artigos científicos, ensaios e/ou estudos temáticos, resenhas de livros e artigos de revisão) voltados ao Serviço Social, formação profissional e políticas sociais.
- **Revista Serviço Social e Sociedade:** Qualis A1 - É uma publicação quadrimestral da Cortez Editora, que vem sendo publicada desde a data de sua criação, em 1979. Trata-se de um periódico que representa o protagonismo da Editora Cortez de São Paulo em apoio ao desenvolvimento acadêmico e técnico-científico do Serviço Social, atuando enquanto espaço mediador entre a produção científica da profissão e os diferentes momentos conjunturais vivenciados pela sociedade brasileira em vários períodos da história.
- **Revista O Social em Questão:** Qualis A2 - Publicação oficial do Programa de Pós-graduação do Departamento de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. De periodicidade quadrimestral, a Revista tem como missão publicar debates, análises e resultados de pesquisa sobre temas considerados relevantes para as áreas de Serviço Social e afins e está aberta a temas interdisciplinares das Ciências Sociais.

O objetivo da revista é contribuir com a produção de conhecimento, o debate acadêmico e a capacitação docente e discente nas áreas de Serviço Social e afins, e com a construção de agendas em diversas instâncias da sociedade, com vistas a influenciar a construção de políticas públicas que busquem a redução das desigualdades sociais.

- **Revista SER Social** – Qualis A2 - A Revista SER Social destina-se à publicação de trabalhos científicos nacionais e internacionais sobre assuntos atuais e relevantes no âmbito da Política Social, do Serviço Social, áreas afins e suas relações interdisciplinares. Cada edição da SER Social focaliza uma unidade temática, previamente definida pelo Colegiado da Pós-Graduação em Política Social do SER/IH/UnB, tendo em vista sua importância dentro do contexto social contemporâneo.

3.1 Os subtemas mais abordados

A revista *Horizontes Antropológicos* traz na sua edição de julho/dezembro de 2010, ano 16, n. 34, três artigos que abordam uma perspectiva da antropologia do corpo na terceira idade: “Velhice, Corpo e Narrativa”, “Envelhecimento, Trajetórias e Homossexualidade Feminina” e “O Caminho do Retorno: Envelhecer à maneira Taoísta”.

O Periódico *Sociedade em Debate* apresenta na edição de volume 21, n. 2, um artigo que investiga a atuação do SUS, em “Reflexões sobre o Sistema Único de Saúde: A Perspectiva dos Usuários Idosos na Atenção Básica do município de João Pessoa”. Em 2016, volume 22, n. 2, aborda o tema do Idoso na Família: “O Idoso no Contexto Familiar: uma abordagem a partir do banco de dados da CAPES”. E em 2018 no volume 24, n. 2, apresenta uma pesquisa quantitativa e descritiva sobre a população idosa, no texto “Condições dos Idosos em Arranjos Unipessoais no Brasil”.

Encontramos na revista *Educação e Realidade* quatro artigos sobre a temática da velhice, todos no volume 40, n.1, de 2015. Dois deles abordam a importância da Educação na vida do Idoso: o primeiro é a apresentação da temática “Educação e Envelhecimento” e o segundo é “Envelhecimento e Educação para Resiliência no Idoso”. O terceiro texto preocupa-se com a educação do Idoso voltada para a questão financeira e o quarto reflete sobre a questão da aposentadoria: “Educação Financeira

com Idosos em um Contexto Popular” e “O Desafio de Aposentar-se no Mundo Contemporâneo”.

Em *Serviço Social em Revista* encontramos apenas um artigo que trata da questão humana relacionada à saúde, no volume 12, n. 2, do ano de 2010: “Humanização no atendimento ao Paciente Idoso em Unidade de Terapia Intensiva: Análise da Literatura sobre a Atuação do Profissional de Saúde”.

Destacamos um artigo na revista *Serviço Social e Sociedade* (da editora Cortez) de número 126, do ano de 2016, que procura falar da velhice em contextos diferentes: “Envelhecimento e proteção social: aproximações entre Brasil, América Latina e Portugal”. Contudo, essa revista em seu número 75, que foi publicada no ano de 2003, traz uma edição especial com 14 textos que abordam outros assuntos sobre a temática da velhice no Brasil.

Na revista *O Social em Questão* foi publicado no ano de 2004 (ano VIII, n. 11), um texto com o subtema da violência: “Violência na Velhice”, e em 2012 (ano XV, n. 28) o subtema da violência volta a ser debatido, no texto: “A violência e a Violação de Direitos da Pessoa Idosa em diferentes níveis: Individual, Institucional e Estatal”.

Na revista *SER Social* foram encontrados o maior número de artigos (07) sobre a temática do Idoso no Brasil. Em 2007 o número 20 (janeiro/julho/2007) comparece com um debate sobre cuidadores e os direitos da pessoa idosa: “Cuidadores Informais da População Idosa com Alguma Limitação: Estimativas Indiretas – Brasil – 2000 a 2015” e o segundo sobre direitos sociais: “Cidadania e Direitos da Pessoa Idosa”.

Os outros cinco textos estão na edição de número 21 (julho/dezembro/2007), com temas diversos, como: Violência intrafamiliar: “Representações da Violência Intrafamiliar por Idosas e Idosos”; Cidadania: “Cidadania, pertencimento e participação social de idosos – Grupo Trocando Ideias e Matinê das Duas: Cine Comentado”; Empobrecimento: “O Impacto do Empobrecimento na Velhice”; Envelhecimento e Política Social: “Formação em Serviço Social, Política Social e Envelhecimento Populacional”; Violências e Acidentes: “Rompendo o silêncio: Violências e Acidentes com Idosos no município de Guaíba/RS”.

Vale a pena citar mais alguns artigos relacionados ao tema, em outros periódicos que não estão na listagem acima. Na revista *Interagir: Pensando a Extensão*, edição de janeiro/julho de 2005, mais um subtema sobre cidadania: “Cidadania na Terceira Idade: O Trabalho do Assistente Social com os Idosos da UnATI/UERJ”. E o Periódico *BIUS (Boletim Informativo Unimotrisaúde em*

Sociogerontologia) número 1, Volume 4, ano 2013, apresenta um texto sobre Projeto na área do Serviço Social: “As Contribuições do Serviço Social no Projeto Idoso Feliz participa sempre – PIFPS”.

Além destes, bons textos foram encontrados em seminários e encontros, como: “Atribuições do Assistente Social no Atendimento à Pessoa Idosa na Atenção Básica de Saúde” (Seminário Nacional de Serviço Social, Trabalho e Política Social - Universidade Federal de Santa Catarina – Florianópolis-SC - 2015) e “Envelhecimento e Políticas Públicas: Um Debate Necessário para o Serviço Social” (16º Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social – XVI ENPESS - UFES, Vitória - ES, 2016).

3.2 Características gerais das produções acadêmicas

Percebemos que *Violência, Cidadania, Saúde, Educação, Antropologia do Corpo e Direitos Sociais & Políticas Sociais* foram os subtemas mais abordados nos textos encontrados nos periódicos pesquisados. A preocupação do Serviço Social quanto a Direitos e Cidadania está bem clara no artigo da revista *Interagir: Pensando a Extensão*, que aborda o processo de envelhecimento no Brasil e a necessidade de boas políticas sociais para o Idoso. Da mesma forma, no *Boletim Informativo Unimotrisaúde em Sociogerontologia (BIUS)*, o artigo localizado preocupa-se com o papel do Assistente Social em relação ao processo de envelhecimento da população brasileira, bem como aborda o histórico da profissão de Serviço Social numa visão transformadora e crítica da realidade social contemporânea.

O maior número de textos encontrados e pesquisados na revista *SER Social*, sete (07) ao todo, abordam assuntos diversos relacionados à população idosa. O primeiro é uma pesquisa com dados qualitativos que permite captar características mais definidas dos cuidadores informais, cujos objetivos buscam analisar o perfil do potencial cuidador informal de idosos no Brasil e estimar o contingente de ambos: o idoso que potencialmente demanda assistência (IPDA) e o potencial cuidador informal (PCI).

O segundo, “Cidadania e Direitos da Pessoa Idosa” é um texto de Vicente de Paula Faleiros, que trata dos direitos da pessoa idosa nas constituições brasileiras e nas principais leis federais, numa perspectiva histórica e crítica sobre a definição desses direitos. A questão é analisada na relação entre cidadania e envelhecimento

nas suas diferentes dimensões: direito à velhice, cobertura das necessidades, proteção, reciprocidade familiar e protagonismo da pessoa idosa.

Outra pesquisa qualitativa (a terceira) com pessoas idosas, novamente de Vicente de Paula Faleiros, utilizou-se do método da entrevista semiestruturada e investigou a violência intrafamiliar. Fundamentou-se na teoria das relações sociais e no conceito relacional de violência como poder desigual.

Verificamos também um artigo (o quarto) que é o resultado de um projeto fomentado na PUCRS, sobre a inclusão social com cidadania, cujo objetivo era a reflexão, a participação e a cidadania por meio do lazer, da discussão coletiva e da troca de experiências, que envolveu a população mais idosa em um processo de descobertas de conhecimentos sobre os direitos sociais, a qualidade de vida, a compreensão e a aceitação da velhice, bem como a descoberta de novas potencialidades individuais que são fortalecidas de forma coletiva.

Outra pesquisa qualitativa (a quinta), baseada em entrevistas com idosos, detectou pessoas que foram ricas e em decorrência de um determinado evento se viram empobrecidos na velhice. Os dados levantados permitiram concluir que o impacto ocasionado pelo empobrecimento em idosos que gozavam de uma situação financeira confortável foi sentido em maior ou menor intensidade, dependendo do tipo de trajetória de vida que cada um construiu.

Ainda na revista *SER Social*, outro artigo (o sexto) encontrado relaciona política social e envelhecimento populacional como tema de interesse analítico atual das universidades. Detecta evidências empíricas que induzem esse interesse no âmbito mundial, dando destaque ao Serviço Social como área de conhecimento e ação. Na esteira dos desafios que o envelhecimento populacional coloca aos governos, sociedade e profissões, comenta os prós e os contras com que se depara o Serviço Social. Ao final, apresenta uma agenda para as políticas de atenção ao idoso e propostas de inserção do envelhecimento no processo de formação dos Assistentes Sociais.

E por fim, o último artigo (o sétimo) encontrado na revista *SER Social* é outra pesquisa, que se propôs a identificar o processo de notificação dos acidentes e violências com idosos e a articulação da rede de serviços em Guaíba (RS), para qualificar o atendimento e prevenir as diferentes expressões de acidentes e violência.

Mais um artigo sobre violência na velhice, foi publicado na revista *O Social em Questão*. Aborda uma perspectiva multidimensional e complexa da violência, que

implica relações desiguais de condições de vida e de poder que negam o outro, a vida, a autoridade legítima, a diferença, destroem a tolerância, transgridem o pacto social de convivência ou legal, violando direitos e a construção de uma relação mediada. A investigação mostrou que as pessoas velhas enfrentam ondas de violência preponderantes num determinado território e num determinado momento da história, configurando-se, na sociedade contemporânea, o envelhecimento programado e constituição da descartabilidade do ser/homem velho.

Outro artigo, publicado na mesma revista, apresenta resultados da pesquisa desenvolvida acerca da violência contra pessoas idosas, em especial, dos programas de captação de denúncias de violência contra a população idosa que possuem diferentes trajetórias políticas e formas de organização. Desenvolve algumas reflexões, observando-se as relações e reflexos entre cultura política e pretensão da rede de atendimento ao idoso. Pode-se perceber as discrepâncias entre direito de fato e o direito vivido na dinâmica da vida do idoso, especialmente ao constatar que a atenção e proteção do idoso se realiza como um processo “excludor”, pautado em novos conceitos que o legitimam.

O artigo selecionado na revista *Serviço Social e Sociedade* trata de reflexões que sintetizam a formação dos sistemas de proteção e segurança social da população idosa na realidade brasileira, latino-americana e portuguesa. Para tanto, privilegia como metodologia a análise da produção bibliográfica sobre esta área temática, no cenário eleito como objeto de estudo, além da interlocução com a agenda pública estatal através das fontes documentais que envolvem o arcabouço formal legal, bem como os planos, programas e serviços implementados em cada realidade pesquisada. E o número 75 de *Serviço Social e Sociedade*, de 2003, é uma edição especial com todos os artigos sobre o tema da terceira idade. Comparecem como subtemas: o envelhecimento populacional; velhice x modernidade; velhice x autonomia; cuidadores x equipe de saúde; medicamentos x relações; sexualidade x envelhecimento; trabalhos não remunerados; cidadania e experiências em instituições de asilo.

O único artigo encontrado em *Serviço Social em Revista* é uma revisão bibliográfica, cujo objetivo é identificar, na literatura, as dificuldades enfrentadas pelos profissionais de saúde, com relação ao cuidado humanizado, no âmbito hospitalar, especificamente em UTI (Unidade de Terapia Intensiva) – local culturalmente desconhecido, incerto e temível aos pacientes e seus familiares. Segundo as autoras do texto, esta revisão também visa contribuir para a melhoria da assistência ao

paciente idoso internado, pois humanizar tem como objetivo aprimorar as relações humanas em todos os níveis de atendimento, levando à melhoria do relacionamento entre equipe de saúde, pacientes e familiares.

Na apresentação da temática “Educação e Envelhecimento”, da revista *Educação e Realidade*, encontramos uma abordagem que revela o aumento significativo de pessoas idosas no Brasil, a partir da década de 1960. Este processo, segundo os autores do texto, está levando a uma profunda reestruturação da população do país, além de conquistas nos campos social e da saúde e ainda um desafio às demandas sociais e econômicas. No texto, os autores falam sobre a Gerontologia e explicam que, por conta deste processo de envelhecimento populacional, ela irá encontrar solo fértil para se expandir, constituindo-se, a partir da segunda metade do século XX, como uma área de estudo multi e interdisciplinar. Eles explicam que as primeiras pesquisas gerontológicas surgiram nos campos disciplinares da Psicologia, da Medicina e da Biologia, que colocaram sob relevo questões relativas à saúde, às relações sociais e às capacidades cognitivas dos idosos. Mas esclarecem que a intersecção entre a Educação e a Gerontologia vai aparecer apenas em um segundo momento, quando, nos anos 1970 surgem as primeiras propostas científicas que abordam as relações entre esses dois campos de estudo.

O segundo texto que selecionamos, desta mesma revista, trata de uma questão crucial no atual contexto da preparação e educação do adulto e fala da importância de preparar o ser humano para enfrentar, na sua velhice, uma vida participativa, bem sucedida em todos os contextos relacionais. O design/encenação metodológico é feito a partir de ferramentas conceituais em torno da interface entre a velhice e a educação para a resiliência do idoso, a qual se pode apresentar como uma importante área do conhecimento que possibilita implementar e consolidar capacidades intrínsecas ao sujeito, que poderão contribuir para a superação de dificuldades inerentes ao ato educativo, pontuado pelo “irrepetível” e pelo imprevisível.

O terceiro texto selecionado, que fala da educação financeira com idosos, discute o consumo entre idosos de classes populares no contexto brasileiro e a importância de pensar em intervenções educativas destinadas a esta população. A discussão deriva de uma pesquisa de caráter participante, desenvolvida por meio de uma ação pedagógica realizada com mulheres idosas, fundamentada em princípios da educação popular e da abordagem histórico-cultural. Os resultados sinalizaram que

as participantes produziram coletivamente estratégias de controle financeiro e novas construções conceituais dos mecanismos do crédito consignado. Por fim, o artigo propõe alguns princípios para a criação de práticas de educação para o empoderamento e protagonismo do consumidor idoso.

No quarto texto selecionado da revista *Educação e Realidade*, que fala da aposentadoria no mundo contemporâneo, os autores analisam os relatos de 70 pessoas acima de 45 anos, que discorrem sobre suas perspectivas e experiências em relação à aposentadoria. Os resultados da pesquisa sinalizam, por um lado, o impacto da aposentadoria sobre os trabalhadores, desafiando-os a repensarem e reorganizarem suas vidas. Por outro lado, demonstram que existem formas diferentes e divergentes de lidar, influenciadas pela natureza e condições das trajetórias laborais, bem como pelo modo como percebem e vivenciam o processo de envelhecimento.

Dos textos extraídos do periódico *Sociedade em Debate*, o primeiro apresenta um estudo que levanta um debate em torno do Sistema Único de Saúde (SUS) e do Envelhecimento. Parte do seguinte questionamento: os avanços em torno da legislação voltada à saúde do idoso são acompanhados pelos serviços públicos de saúde? Segundo as autoras, as mudanças no perfil etário e epidemiológico do Brasil requerem estratégias de Estado que consigam dar respostas eficazes às demandas oriundas do processo de envelhecimento, respostas em prol da ampliação dos direitos sociais e não a redução da proteção estatal pautada nos mínimos sociais. Assim, sendo a saúde e o seu contraponto, a doença, processos que mais afetam esse segmento populacional (conforme pesquisa realizada pelo Instituto Datafolha em 2014), reafirmam a importância dessa discussão, bem como a necessidade do fortalecimento do SUS, em particular da atenção básica, considerada a porta de entrada dos usuários ao SUS. Há de se considerar também que os idosos são os que mais consomem os serviços de saúde, dada as circunstâncias impostas pelo processo de envelhecimento.

O segundo texto de *Sociedade em Debate* que selecionamos para este trabalho, também aborda o crescente número de pessoas idosas no Brasil. Segundo as autoras, os dados da última Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD (2013), evidenciaram que a porcentagem de pessoas no Brasil acima de 60 anos passou para 13%, sendo que em 2012 essa porcentagem era de 12,6%. O número de idosos no país já atingiu a marca de 26,1 milhões de pessoas. As autoras informam ainda que os institutos de pesquisa, a literatura científica, assim como as projeções

estatísticas e demográficas, há mais de uma década já sinalizam o fenômeno do envelhecimento populacional no país.

E finalmente o terceiro texto, extraído desta mesma revista, é uma pesquisa quantitativa e descritiva, que teve a população idosa como objeto de estudo, pertencente a arranjos unipessoais. Três autores assinam o texto e esclarecem que o objetivo da pesquisa era compreender os gastos vitais dos idosos, com alimentação e saúde, bem como sua satisfação com a renda para estes itens (saúde e alimentação), além da avaliação da renda, conforme faixa etária, sexo e região de domicílio. Foi feito uso de dados secundários disponibilizados pela Pesquisa de Orçamento Familiar (POF) 2008/2009. Foi utilizada também a análise fatorial exploratória, o teste de Mann-Whitney e Kruskal-Wallis, além da correlação de Spearman. Os resultados evidenciaram gastos elevados com alimentação e saúde, satisfação com a renda para a saúde e com a alimentação, bem como insatisfação no que se refere à avaliação da renda, com correlação entre as variáveis analisadas. Concluíram os autores, na pesquisa, que há necessidades de atrelar aspectos de consumo e saúde às políticas de garantia de renda à população idosa, visando atender suas necessidades.

Voltamos então para a primeira revista pesquisada, *Horizontes Antropológicos*, com o primeiro texto: “Velhice, Corpo e Narrativa”. A autora, Josimara Delgado, explica que o artigo aborda a construção da memória e da identidade de trabalhadores aposentados a partir de narrativas de histórias de vida coletadas em uma pesquisa na cidade de Juiz de Fora, Minas Gerais. A principal questão apresentada é a percepção desses trabalhadores acerca das mudanças que vivenciam na velhice, num contexto de transformações sociais. Na análise interpretativa desse material, são discutidas as relações entre dimensões importantes no universo dos velhos trabalhadores, como a experiência do trabalho, as trocas intergeracionais, o corpo, os papéis de gênero e geração.

O segundo texto selecionado de *Horizontes Antropológicos* se ocupa do tema do envelhecimento relacionado à homossexualidade feminina. Andrea Moraes Alves, a autora, nos esclarece que a partir dos anos 1990, trabalhos acadêmicos discutem a homossexualidade feminina: seu significado e impacto sobre as questões de gênero e sua relação com os movimentos sociais vinculados às reivindicações sobre direitos sexuais e reprodutivos no Brasil. Grande parte desses trabalhos concentra-se sobre uma faixa etária jovem, em torno dos 20 anos de idade, e outros abordam mulheres

um pouco mais velhas, entre 30 e 40 anos. No entanto, afirmam as autoras, nota-se a ausência de trabalhos que discutam a homossexualidade vivida por mulheres idosas. Por este motivo, o artigo pretende começar a preencher essa lacuna e trazer à discussão o olhar das lésbicas mais velhas e suas percepções sobre o que significa a homossexualidade feminina e o lugar que ela ocupa na trajetória de vida dessas mulheres.

O terceiro e último artigo que encontramos na revista *Horizontes Antropológicos* aborda um subtema muito interessante, que fala da concepção taoistas de ciclo da vida humana da perspectiva de uma antropologia do corpo, que investiga não apenas representações sobre corpo, mas também práticas corporais como experiências corporificadas. O autor explica que, de acordo com o taoísmo, a velhice não necessita ser vivenciada como um período de decrepitude e adoecimento, pois uma premissa básica dessa tradição é a possibilidade de reversão do movimento que conduz à morte. Tal preocupação tradicional com a longevidade e a saúde conecta essas práticas taoistas, exóticas e relativamente desconhecidas no Brasil, com a obsessão contemporânea pelo prolongamento da juventude e pela perfeição corporal nas sociedades globalizadas. Ao mesmo tempo - prossegue o autor em sua argumentação - a ressignificação corporificada contemporânea do taoísmo pode ser lida como um contraponto aos corpos dos consumidores. A longevidade taoista é um efeito de sua arte da existência, implicada em um modo de vida completo, na contracorrente da aceleração vertiginosa do capitalismo tardio.

4 OS DIREITOS DOS IDOSOS NA PRODUÇÃO TEÓRICA DO SERVIÇO SOCIAL: UMA ANÁLISE COMPARATIVA DAS ABORDAGENS ELABORADAS ENTRE 2000 – 2018

4.1 Na conjuntura neoliberal: 2000 – 2003

Em uma publicação que fala dos trinta anos da revista *Serviço Social e Sociedade*, da editora Cortez, Maria Ozanira Silva (2009), ocupou-se de uma ampla pesquisa documental, caracterizando e analisando as contribuições das publicações para a construção do Serviço Social no Brasil. De partida, a autora pontua o final do século XX como o período em que o governo brasileiro optou pelo projeto neoliberal, que já estava sendo efetivado em países da Europa e alguns da América Latina e apresentava uma nova conjuntura:

Marcada pela abertura econômica do país para inserção na economia globalizada; hegemonia do capital financeiro em detrimento do capital produtivo; reforma do Estado e elevação do desemprego estrutural. O padrão universalista das políticas sociais em curso, com significativo avanço com a Constituição brasileira de 1988 que instituiu a Seguridade Social, é ofuscado pela focalização da proteção social nos pobres e nos extremamente pobres, inaugurando um padrão minimalista que demanda profundas reformas nas políticas sociais com perdas significativas de direitos anteriormente conquistados. Portanto, nesse período, o país se insere, progressivamente, no contexto das grandes transformações que vêm marcando a economia e a sociedade, em decorrência de profundas mudanças no capitalismo internacional e na sua matriz de produção (SILVA, 2009, p. 4).

Na primeira década do século XXI, com o projeto neoliberal já definitivamente implantado no Brasil, Silva (2009, p. 30) destaca uma grande quantidade de artigos publicados na revista, com abordagens de temas específicos do campo do Serviço Social, tais como: o Serviço Social enquanto profissão, “prática profissional, formação profissional; estágio, ensino, currículo, organização profissional, teoria, metodologia, pesquisa, ética profissional, reconceituação, processo de trabalho, projeto profissional, entre outros”.

Ademais, os outros temas abordados, via de regra, situam-se no âmbito de interesse direto do Serviço Social por abordar as políticas sociais nos seus diferentes campos, com destaque à Política de Assistência Social; à Política de Saúde e à Previdência Social, ou seja, as políticas que compõem a Seguridade Social no Brasil (SILVA, 2009, p. 31).

Outras produções ainda foram marcantes na revista, segundo a autora, por serem considerados de temáticas emergentes, tais como: violência, questão social, previdência social, cidade/questão urbana, público/privado e questões afetas ao poder judiciário, entretanto, o tema da velhice não consta na lista de prioridades nesta primeira década.

Percebemos que neste período apenas começava uma preocupação acerca do envelhecimento, com pesquisas que se limitavam a apurar o índice de crescimento da população idosa no Brasil. Segundo dados revelados pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) em 2000 e pelo PNAD (Pesquisa Nacional por amostra de Domicílios), entre 2000 e 2020, a proporção de idosos passará de 5% para 10%. A expectativa de vida dos homens chegará aos 70 anos e das mulheres aos 76 anos. De acordo com o censo do IBGE, em 2000, os brasileiros que atingiram os 60 anos somavam 14.536.029, o que representa 8,6% da população total.

Segundo as autoras Sousa e Branca (2011, p. 188) dados da própria OMS estimam que, para o ano de 2050, existirão cerca de 2 bilhões de pessoas com 60 anos ou mais no mundo, a maioria delas vivendo em países em desenvolvimento. De acordo com as perspectivas epidemiológicas atuais, o Brasil deverá passar, entre 1960 e 2025, da 16ª para a sexta posição mundial em termos de número absoluto de indivíduos com 60 anos ou mais, algo que está intrinsecamente relacionado às modificações sanitárias, sociais e políticas.

A longevidade é, sem dúvida, um triunfo, afirmam as autoras Sousa e Branca (2011). Há, no entanto, diferenças profundas e importantes entre os países desenvolvidos e os em desenvolvimento:

Enquanto nos primeiros o envelhecimento ocorreu associado às melhorias nas condições gerais de vida, nos outros, esse processo acontece de forma rápida, sem tempo para uma reorganização social e da área de saúde adequada para atender às novas demandas emergentes. Para o ano de 2050, a expectativa no Brasil, bem como em todo o mundo, é de que existirão mais idosos do que crianças abaixo de 15 anos (SOUSA; BRANCA, 2011, p. 190).

“O envelhecimento populacional, por ser considerado um evento determinado por vários fatores, deve ser tratado abordando-se o seu caráter multidimensional”. Quem afirma isso é Stella da Silva Telles (2003, p. 2). Para ela, o Brasil vem passando por essa transformação na estrutura etária de forma muito rápida. “Em poucas

décadas, nosso país se vê enfrentando o processo de envelhecimento que, comparado a outros países, ocorreu no período de um século”.

Na opinião desta autora, apesar do estigma de “país jovem”, ainda prevalente em grande parte do país, “apenas recentemente a sociedade começa a despertar para a amplitude do novo quadro social e para as suas implicações, tanto no nível individual como no nacional” (TELLES, 2003, p. 2).

O aumento da longevidade que efetivamente foi uma conquista no último século, muitas vezes acaba sendo encarado como uma ameaça aos recursos da sociedade. Tendo em vista os desafios que a nova realidade representa, torna-se muito oportuno o debate sobre o papel do idoso na sociedade e quais serão as alternativas que a sociedade, o estado e a família têm a oferecer para este segmento populacional, que se torna cada vez mais representativo (TELLES, 2003, p. 2).

Percebe-se, portanto, que nesta primeira década do século XXI, a área da demografia do envelhecimento foi o tema mais abordado pelos autores. Como já falamos anteriormente, somente na edição especial de 2003, número 75, da revista *Serviço Social e Sociedade*, é que vamos encontrar outros textos abordando a temática do idoso no Brasil. Os dois primeiros ainda se ocupam do envelhecimento populacional: “A longevidade da população: desafios e conquistas”, assinado pelo autor Renato Veras, e “Envelhecimento populacional: uma conquista para ser celebrada”, de autoria de Marília Viana da Silva Berzins.

Depois, seguem textos sobre outros aspectos acerca do tema: “Modernidade e velhice”; “Velhice: a identidade estigmatizada”; “Cidadania não tem idade”; “Conselho do idoso como espaço público”; “Cuidadores familiares de Idosos: parceiros da equipe de saúde”; “O valor da atividade não remunerada realizada por pessoas maiores de sessenta anos”; “Idosos: o medicamento intermediando as relações”; “Espaços internos e externos do corpo: envelhecimento e autonomia”; “Crônica de viagem: um passeio por instituições asilares orientais”.

Na seção da revista denominada “Comunicação de Pesquisa”, constam mais dois textos: “Sexualidade no envelhecimento com dependência”, de Arlete Camargo de Melo Salimene e “Portal do envelhecimento”, assinado por Beltrina Corte. Em outra seção, “Trocando em Miúdos”, encontramos o texto “Como pensar a vida”, de autoria de Suzana Rocha Medeiros. E fechando a edição, a seção “Informe-se”, falando da Política Nacional do Idoso.

O artigo “A longevidade da população: desafios e conquistas” está nas primeiras páginas desta edição de *Serviço Social e Sociedade*. Este foi o único artigo que tivemos acesso, pois os outros textos não estão disponíveis na internet, e o número 75 da revista está esgotado na livraria da editora Cortez. Em seu texto, o autor, Renato Veras (2003, p. 06), ressalta a longevidade da população como um fenômeno mundial que traz importantes repercussões nos campos social e econômico. Após considerar que o processo se manifesta de forma distinta nos diversos países, destaca o Brasil como exemplo de como esta questão se caracteriza “pela rapidez com que o aumento absoluto e relativo das populações adulta e idosa modificou a pirâmide populacional”.

Nesta pesquisa, o autor salienta o crescente número de envelhecimento da população brasileira em relação a outros países, e revela o fato à diminuição das taxas de mortalidade e fecundidade. Entretanto, afirma ele:

Mais do que a diminuição da mortalidade, a explicação para o crescimento da população idosa está na drástica redução das taxas de fecundidade, principalmente nos centros urbanos. São várias as razões para esta mudança no padrão reprodutivo. Uma delas, fruto do intenso processo de urbanização da população, é a necessidade crescente de limitação da família, ditada pelo *modus vivendi* dos grandes centros urbanos, principalmente em um contexto de crise econômica. Isto decorre, entre outros fatores, da progressiva incorporação da mulher à força de trabalho, e das mudanças nos padrões socioculturais decorrentes da própria migração (VERAS, 2003, p. 6).

Outro aspecto interessante levantado nesta pesquisa, é que a mulher tem mais tendência a viver sozinha na terceira idade. Contudo, nos países periféricos (e o Brasil está nesta lista) o número de mulheres que vivem sozinhas é sempre menor que nos países desenvolvidos. Quanto à saúde, a pesquisa constatou que as idosas tem maior probabilidade de sofrer de doenças crônicas. Ao lado das enfermidades, a solidão, a pobreza e a privação social são outros problemas significativos nas mulheres idosas do Brasil, cujas consequências, danosas, são estados depressivos frequentes, quando comparados às demais faixas etárias.

O autor preocupa-se, neste artigo, em ressaltar a necessidade de melhores políticas públicas de saúde para os idosos no Brasil, lugar em que a transição demográfica está em curso e que ainda vai se expressar de forma mais intensa a partir dos próximos anos. Para ele, este crescimento populacional “demanda novas estratégias que possam fazer frente ao aumento exponencial do número de idosos

potencialmente dependentes, e capazes de consumir uma parcela desproporcional de recursos do setor saúde” (VERAS, 2003, p. 14).

Em monografia intitulada “Envelhecimento no Brasil: Reflexões teóricas utilizando o Serviço Social como Instrumento dessa Questão Social”, a autora Camila Coutinho (2014, p. 24), enfatiza que, com o aumento do contingente de idosos no Brasil e no mundo, a manutenção e a qualidade de vida do idoso “emergem como um desafio à sociedade e ao Estado, não somente no que diz respeito à segurança econômica dos idosos, como também o futuro das próprias sociedades”.

Camila Coutinho (2014, p. 24) considera ainda que, frente ao envelhecimento populacional, o objetivo das áreas de saúde deixa de ser “puramente o prolongamento da vida e passa a ser a manutenção da capacidade funcional do organismo, de modo que o indivíduo permaneça autônomo e independente pelo maior tempo possível”. Tendo este objetivo em vista:

O sistema de saúde, sobretudo nas nações onde o envelhecimento populacional acontece rapidamente como o caso do Brasil, deve garantir o livre acesso aos cuidados primários de saúde e investir nas políticas públicas de estímulo a estilos de vida saudável e ao controle de riscos, com a promoção da saúde e a prevenção das doenças (COUTINHO, 2014, p. 24).

Estudos e pesquisas apontam que a Saúde, A Assistência Social e a Previdência Social sempre estiveram na lista de temas emergentes nos últimos anos do século XX e nos primeiros anos do século XXI, isso porque, sempre foram questões amplamente debatidas pelos movimentos sociais e pela área do Serviço Social, cuja preocupação era garantir os direitos já conquistados, através deste tripé da Seguridade Social. E é importante lembrar que os idosos também são destinatários deste conjunto de ações, que se destinam a assegurar tais direitos.

4.2 Na conjuntura da democracia participativa: 2003 – 2016

O tema da *Violência* na velhice inaugura o período político da democracia participativa no Brasil, nas produções acadêmicas pesquisadas e encontradas nos periódicos científicos do Serviço Social e áreas afins. O primeiro texto que vamos comentar agora, de Vicente de Paula Faleiros, “Violência na Velhice”, encontrado na revista *O Social em Questão* (ano VIII, número 11, 2004), afirma que:

A violência contra a pessoa idosa está situada em um contexto de negação da vida, de destruição do poder legitimado pelo direito, seja pela transgressão da confiança intergeracional, pela negação da diferença, pela negação das mediações do conflito e pelo distanciamento das realizações efetivas dos potenciais dos idosos, ou ainda pelo impedimento de sua palavra, de sua participação (FALEIROS, 2004, p. 13).

Em seu artigo, Faleiros (2004, p. 13) considera a negação do ser idoso e do envelhecimento por uma construção de velhice programada que destrói a imagem do velho, aumenta o preconceito e lhe nega a vida social, numa “combinação de destruição do outro e de perda da legitimidade do poder produtivo. O outro não existe a não ser como produtivo, na lógica da produção, produzindo-se o sujeito necessário para a ordem capitalista da produtividade”.

O autor refere-se à construção da velhice programada na sociedade contemporânea, e salienta que ela está estruturada pelo modelo capitalista de produção flexível, pelo modo capitalista de ser. E ressalta ainda que, “se não há mais lugar para os ineficazes, os improdutivos, os lentos, na ótica da produtividade e da competitividade, estes se tornam velhos ou descartáveis” (FALEIROS, 2004, p. 15).

Vicente de Paula Faleiros (2004, p. 26) complementa sua fala, afirmando que a sociedade contemporânea se manifesta contraditória entre um projeto de civilização “baseado nos direitos e na democracia e a realidade de negação desses direitos pelo Estado, no ambiente familiar, nas interações sociais, no domínio econômico e das organizações”.

No ano de 2007, Vicente de Paula Faleiros escreve outro texto sobre o tema da *violência*, desta vez em parceria com Denise Orbage de Brito, que foi publicado na revista *SER Social* (número 21, 2007). No artigo “Representações da violência intrafamiliar por idosas e idosos”, os autores esclarecem que a “violência intrafamiliar não está separada da violência social, pois implica relações complexas e diversas com os processos e a estrutura social do desemprego, do crime e do uso de drogas” (FALEIROS; BRITO, 2007, p. 105).

Faleiros e Brito (2007, p. 105) argumentam que as representações sociais dos maus tratos na família tanto estão ancoradas na visão dominante de família “como um *lócus* de união e de reciprocidade, mas quando a relação de violência se torna insuportável e transborda os limites da tolerância, como a ameaça de morte, ela é denunciada com muito sofrimento e medo”.

Para os autores, a violência intrafamiliar é uma das questões mais complexas no enfrentamento da violência, “pois envolve o sangue do sangue, o pacto de confiança, as histórias familiares e as relações sociais mais complexas e profundas” (FALEIROS; BRITO, 2007, p. 140).

Ainda na mesma edição (número 21, do ano de 2007), na revista *SER Social*, mais um artigo sobre a *violência* na velhice. “Rompendo o silêncio: violências e acidentes com idosos no município de Guaíba/RS” é assinado por cinco autores: Grossi, Miranda, Camargo, Barrili, Pedersen (2007).

De partida, os autores comentam que a violência contra os idosos é responsável por elevados índices de morbimortalidade e manifesta-se de diversas maneiras: violência física, violência psicológica, autonegligência, negligência, abandono e exploração financeira. Além destas, os acidentes domésticos também merecem atenção especial, pois podem ocultar situações de violência. O enfrentamento da violência e a prevenção dos acidentes “tornam-se cada vez mais foco de desenvolvimento de políticas públicas, ocupando grande espaço no debate público e demandando a efetivação de ações calcadas na perspectiva da integralidade e intersetorialidade” (GROSSI et al., 2007, p. 145).

Os autores explicam que o processo de notificação dos acidentes e violências com os idosos:

E a articulação da rede de serviços nos municípios pioneiros na universalização das notificações – Caxias do Sul e Guaíba – constituiu tema da pesquisa interinstitucional envolvendo a Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) através do Núcleo de Estudos e Pesquisa em Violência (Nepev) da Faculdade de Serviço Social e a Secretaria Estadual de Saúde (SES-RS), através do Núcleo de Doenças e Agravos Não-Transmissíveis (NVDANTs) do Centro Estadual de Vigilância e Saúde (CEVS) (GROSSI et al., 2007, p. 146).

A pesquisa teve como motivação a busca de subsídios para a qualificação do atendimento ao idoso no enfrentamento das diferentes expressões da violência e prevenção de acidentes.

Voltamos à revista *O Social em Questão* (ano XI, número 28, 2012) e encontramos mais um artigo que caminha pelo tema da *violência*, assinado por Serafim Paz, Claudio Alves de Melo e Franciyellen Soriano (2012): “A violência e a violação de direitos da pessoa idosa em diferentes níveis: individual, institucional e estatal”. Neste artigo, os autores apresentam resultados parciais de uma pesquisa que analisa os índices de violência, maus tratos ou violação de direitos entre gerações ao

idoso: na família, instituições, sociedade ou Estado, tomando por base as Leis 8842/94 (PNI) e 10741/03 (Estatuto do Idoso), em especial, de como se organizam as políticas e serviços nesse campo.

Paz, Melo e Soriano (2012, p. 57) definiram como objetivos, nesta pesquisa: 1) Refletir, analisar e avaliar os índices e tipos de violência; 2) Traçar um perfil de identificação de agressores ou violadores de direitos; 3) Perceber como o Estado se organiza e desenvolve políticas, programas e ações de atenção, prevenção e combate à violência contra a pessoa idosa em situação de violência ou violação de direitos; 4) Observar os aspectos e características desses programas em termos, tais como: estrutura, equipe, metodologias, instrumentais e procedimentos, recursos, situação da denúncia e resultados alcançados; 5) Refletir sobre situações de violência, discriminação, preconceitos e outros presentes nas representações e símbolos sociais na violência explícita ou sutil cometidos pela família e sociedade, instituições e Estado.

Como resultados da pesquisa, os autores perceberam que o idoso é violentado e violado de várias maneiras e manifestações (prevalecendo a visão individualizada), identificando como principais formas de violência: 1) Estrutural (questão social - velhice pobre, desprotegida e abandonada); 2) Institucional e familiar (desatenção, negligência e maus tratos); 3) Estatal (descumprimento das leis e ausência de políticas e ações); 4) Até as manifestações de violência física nos lares e nos meios urbanos.

Foram, portanto, somente estes quatro textos sobre o subtema da *Violência* na velhice que encontramos nos periódicos pesquisados. Dois na revista *O Social em Questão*, nos anos de 2004 e 2012 e dois na revista *SER Social*, ambos no ano de 2007.

Outro tema bastante abordado neste período da chamada “Democracia Participativa” trata da questão da *Cidadania*. Um importante artigo ocupa as páginas da revista *Interagir: Pensando a Extensão*, número 7, ano 2005. Os autores, Lobato, Nascimento e Conceição (2005), analisam uma experiência do curso de extensão, desenvolvida pelo Serviço Social da UnATI/UERJ, envolvendo a capacitação de alunos idosos nesta temática.

Segundo Lobato, Nascimento e Conceição (2005, p. 131), o trabalho com os participantes do projeto foi reconhecido como um espaço de exercício da cidadania, instrumentalizando os idosos a lutarem pela garantia da efetivação dos seus direitos sociais. Eles explicam que a problematização de questões inerentes ao

envelhecimento, como o exercício da escuta e a troca de experiências em grupo entre os alunos e coordenadores do curso, possibilitou aos idosos a constituição de um olhar crítico sobre a realidade social, “ampliando sua percepção de sujeitos nesse processo. Este aprendizado possibilitou, também, a visibilidade das suas questões, no âmbito da família e de outros grupos da sociedade, valorizando-as”.

Através da socialização de informações referentes às políticas sociais existentes em nosso país para a população idosa, percebemos uma ampliação da consciência dos alunos do curso, quanto à postura de protagonismo que podem assumir na reivindicação de seus direitos sociais, participando como sujeitos ativos de sua comunidade. Verificamos, também, o crescimento da inserção dos idosos em espaços de participação e controle social, com destaque para as associações de aposentados, as associações de bairros, as organizações de defesa dos direitos do consumidor e os partidos políticos (LOBATO et al., 2005, p. 132).

As atividades realizadas no Projeto de Extensão da Universidade (UnATI/UERJ), propiciaram a capacitação de assistentes sociais e estagiários de Serviço Social nas questões do envelhecimento e relações intergeracionais, envolvendo os jovens e os idosos participantes do projeto, num processo de “reconstrução das representações sociais de idosos e jovens em nossa sociedade, buscando resgatar o respeito e a solidariedade entre diferentes gerações” (LOBATO et al., 2005, p. 132).

Mais um projeto realizado na Universidade Federal do Amazonas (UFAM), preocupou-se também com a *Cidadania* do Idoso e transformou-se em artigo: “As Contribuições do Serviço Social no Projeto Idoso Feliz Participa Sempre – PIFPS”, de autoria de Marilaine Queiroz de Oliveira (2013).

O texto, fruto de uma pesquisa bibliográfica, documental e descritiva, foi publicado no *Boletim Informativo Unimotrisaúde em Sociogerontologia (BIUS)*, número 1, volume 4, 2013), e caminha por uma reflexão acerca da contribuição do Assistente Social no Projeto. No primeiro momento, a autora analisa o processo de envelhecimento populacional brasileiro. Em seguida, aborda o histórico da profissão de Serviço Social numa visão transformadora e crítica da realidade social contemporânea e finaliza com a contribuição do Assistente Social no PIFPS, “pois se observou a necessidade da ação interventiva do Serviço Social para a prática interdisciplinar” (OLIVEIRA, 2013, p. 17).

Ressalta-se que, a profissão de Serviço Social deve ser entendida como práxis, portanto, compete aos Assistentes Sociais compreender seu fazer

como trabalho, buscando, assim, um compromisso efetivo com os interesses da sociedade, atuando na defesa dos direitos sociais dos cidadãos e na sua viabilização junto aos segmentos majoritários da população. Portanto, o compromisso profissional com o usuário deve compor uma nova forma de pensar e fazer o Serviço Social, orientado sempre pela perspectiva teórico-metodológica apoiada na teoria social crítica e nos princípios éticos, norteadores do projeto de profissão do Serviço Social (OLIVEIRA, 2013, p. 28).

O objetivo deste estudo, segundo a autora, foi ratificar as inúmeras possibilidades de ações do Serviço Social no Projeto Idoso Feliz Participa Sempre – Universidade na 3ª Idade Adulta (PIFPS-U3IA), que possui como objetivo principal “educar para o envelhecimento”, no qual, utiliza como foco principal as atividades físicas para a melhora na qualidade de vida.

Passeando ainda na temática da *Cidadania* encontramos na revista *SER Social* (número 21, 2007) o artigo: “Cidadania, pertencimento e participação social de idosos – Grupo Trocando Ideias e Matinê das Duas: Cine Comentado”. Bulla, Soares e Kist (2007) são as autoras que relatam os resultados de dois projetos de extensão oferecidos à Terceira Idade, fomentados pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), cujos objetivos foram: a inclusão com cidadania, lazer e qualidade de vida a esse segmento populacional.

Segundo relatos das autoras, através das atividades realizadas nos projetos de extensão foi possível a participação dos idosos em um espaço de convívio que “promova a sua participação com outras pessoas que se encontram na mesma fase da vida e em que possam se conhecer e se reconhecer coletivamente” (BULLA et al., 2007, p. 170).

Com essas iniciativas, Bulla, Soares e Kist (2007, p. 170) acreditam que é possível garantir a efetiva inclusão e valorização social, por meio da melhoria e da qualidade de vida e, especialmente, despertando-se a “consciência de que o exercício pleno da cidadania requer a compreensão de que todos e cada um deles possui direitos, mas também, deveres, enquanto cidadãos”.

A proteção social é algo que está também diretamente ligada à questão da *Cidadania*. A autora Maria do Rosário de Fátima e Silva (2016) aborda este assunto no artigo: “Envelhecimento e Proteção Social: aproximações entre Brasil, América Latina e Portugal”, publicado na revista *Serviço Social e Sociedade* (número 126, 2016). Na introdução do texto a autora já posiciona a pessoa idosa como “sujeito de

direitos e como eixo de preocupação e investimento das políticas públicas, exigindo do Estado o redimensionamento de sua agenda pública” (SILVA, 2016, p. 216).

Essa conquista articula direitos ao segmento social formado pelos idosos cuja condição de cidadania necessita ser assegurada e realçada, especialmente em países como o Brasil, que por não fundamentarem a convivência social em padrões de civilidade, sempre relegaram a segundo ou a terceiro plano a condição de cidadania da pessoa idosa e dos segmentos sociais mais fragilizados (SILVA, 2016, p. 216).

Maria do Rosário Silva (2016, p. 216) enfatiza que no Brasil a convivência social não se estabeleceu tendo como fundamento os princípios da civilidade e igualdade entre os cidadãos. Isso porque estamos falando de uma sociedade estruturada sob o jugo da escravidão, do poder e do mando patrimonial, que sempre destinou a uma pequena parcela da população o gozo dos privilégios, “a despeito de uma grande faixa populacional destituída dos bens essenciais e básicos à existência humana, contrariando o caráter de uma sociedade intitulada e reconhecida como democrática” (SILVA, 2016, p. 216).

“Envelhecer com cidadania: eis a regra básica que se apoia na compreensão dos direitos humanos como direitos de cidadania”, é o que afirma Silva (2016, p. 223). Para ela, “todo cidadão tem direito ao envelhecimento, e a proteção desse direito engloba o compartilhamento de responsabilidades entre a família, o Estado e a sociedade”.

Silva (2016, p. 223) concorda que a existência de um instrumento legal (no Brasil) que confirma esses direitos já é um grande avanço para uma sociedade que “se desenvolveu sem atentar para a importância de um princípio básico de civilidade, que é valorizar a sabedoria dos mais velhos e proteger as suas necessidades”. No entanto, “entre o marco legal e as medidas de sua efetivação existe uma grande distância a ser percorrida e ações a serem concretizadas”.

As reflexões apresentadas pela autora em questão são resultados de uma pesquisa teórica que envolveu um estudo comparativo sobre o sistema de Proteção Social e as necessidades da população idosa no Brasil e em Portugal, desenvolvida durante seu estágio de pós-doutoramento, junto ao Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social da PUC-SP. Nesta pesquisa, Silva (2016) preocupou-se em percorrer o caminho que configura o sistema de proteção social destinado a atender as necessidades urgentes dos idosos, que agora fazem parte de um grande contingente populacional.

Conforme exposto acima, foram então somente quatro artigos sobre o tema *Cidadania*, encontrados nos periódicos pesquisados. Um na revista *Interagir: Pensando a Extensão*, em 2005; outro na revista *SER Social*, em 2007; o terceiro no *Boletim Informativo Unimotrisaúde em Sociogerontologia (BIUS)* em 2013; e o quarto e último na revista *Serviço Social e Sociedade*, em 2016.

Envelhecer com saúde deve ser prioridade de políticas públicas e da sociedade, como um todo. Entretanto, isso é um fato que ainda está fora do alcance de grande parte da população idosa do Brasil. Veremos, a seguir, quais os periódicos científicos que se ocuparam em publicar artigos deste tema: *Saúde*.

“Cuidadores informais da população idosa com alguma limitação: Estimativas Indiretas – Brasil – 2000 a 2015”, é um texto de Álda Rosária Silva Ferreira e Laura Rodriguez Wong, publicado na revista *SER Social* (número 20, 2007). Este é um artigo que também está incluído na temática da *Saúde*, pois preocupa-se em analisar o perfil do potencial cuidador informal de idosos em nosso país. “Uma vez que o sistema de saúde público não consegue atender toda a demanda por cuidados que os idosos necessitam, a figura do cuidador informal passa a desenvolver um papel fundamental”. É o que afirmam Ferreira e Wong (2007, p. 73). Segundo as autoras, o mapeamento do Censo Demográfico de 2000 indica a existência de cerca de 7,5 milhões de pessoas de 60 e mais anos com algum grau de incapacidade e, morando com eles, pouco mais de 8 milhões de pessoas entre 18 a 79 anos sem limitações físicas. Isso gera uma razão de quase um PCI (Potencial Cuidador Informal) para cada IPDA (Idoso que potencialmente demanda assistência).

Dados qualitativos permitem captar características mais definidas de cuidadores informais, sendo as mais relevantes a presença de sentimentos de obrigação, gratidão e culpa. A união dos enfoques qualitativos/quantitativos permitiu construir cenários de demanda e oferta dos PCI, estimar a evolução de volume do PCI no período entre 2000 e 2015 e compará-la com a evolução dos IPDA. No médio prazo, essas simulações indicam diminuição do estoque de potenciais cuidadores (FERREIRA; WONG, 2007, p. 71).

Esta pesquisa trata somente dos cuidadores informais. Os cuidadores formais, profissionais que estão habilitados para exercer esta função, apesar da importância estratégica que têm num processo de rápido envelhecimento populacional, não estão inseridos neste trabalho, explicam as autoras. À medida que os idosos vivem mais, faz-se necessário a presença de alguém “capaz de cuidar de suas necessidades

físicas e emocionais. Essa pessoa é o cuidador informal que, geralmente, é um familiar não-pago para exercer essa função” (FERREIRA; WONG, 2007, p. 99).

A pesquisa constatou que o cuidado dispensado ao idoso vem em grande parte das mulheres, sejam elas filhas ou esposas. Constatou também que se a maioria dos cuidadores são os filhos, a queda da fecundidade trouxe, “como uma das consequências, a diminuição do estoque de potenciais cuidadores. Com poucos filhos, ou sem nenhum, as possibilidades de um amparo na velhice diminuem” (FERREIRA; WONG, 2007, p. 99).

Serviço Social em Revista (número 2, volume 12, 2010), traz o artigo “Humanização no atendimento ao paciente idoso em unidade de terapia intensiva: análise da literatura sobre a atuação do profissional de saúde”. O texto aborda a humanização no ambiente hospitalar, especificamente quando o paciente (idoso) vai para a UTI (Unidade de Terapia Intensiva), uma situação “delicada porque implica em mudanças na vida do doente e seus familiares, gerando ansiedade pela exposição a um ambiente estressante, necessitando de apoio dos profissionais que compõem o serviço”. É o que esclarecem Glórias Pires Assunção e Raquel Aline Fernandes (2010, p. 69), as autoras do texto.

Para Assunção e Fernandes (2010, p. 70), o ambiente da UTI pode ser considerado fonte de estresse, que envolve tanto paciente quanto a equipe de saúde, gerando às vezes distúrbios psíquicos e fisiológicos importantes.

A UTI nasceu da necessidade de oferecer suporte e tratamento a pacientes potencialmente graves que porventura possuam chances de sobreviver, destina-se à internação de pacientes com instabilidade clínica e com potencial de gravidade. É um ambiente de alta complexidade, reservado, já que se propõe estabelecer monitorização e vigilância contínua, com a grande preocupação em fornecer conforto e ausência de dor a todos os pacientes (ASSUNÇÃO; FERNANDES, 2010, p. 70).

Na esteira de outros autores, Assunção e Fernandes (2010, p. 70) ponderam que resgatar a humanização talvez seja refletir mais conscientemente sobre o que é o ser humano, respeitando suas necessidades, seus valores, suas crenças e de seus familiares, tendo sua privacidade “preservada sempre que possível, proporcionando condições e ambientes favoráveis, com tratamento digno, solidário e acolhedor ao seu restabelecimento, e em última instância, a morte digna”.

O compromisso com a humanização no ambiente hospitalar não deve ser considerado “um ato passivo, pois requer um processo permanente e gradual de ação

e inserção na realidade, através do esforço dinâmico e participativo” (ASSUNÇÃO; FERNANDES, 2010, p. 70).

“Reflexões sobre o Sistema Único de Saúde: a perspectiva dos usuários idosos na atenção básica do município de João Pessoa”, assinado por Patrícia Barreto Cavalcanti e Nattana Lopes de Araújo”, está publicado na revista *Sociedade em Debate* (número 2, volume 21, 2015).

Cavalcanti e Araújo (2015, p. 231) começam dizendo que apesar da necessidade de um Sistema Único de Saúde efetivamente universal e de qualidade, “verifica-se o desmonte dos direitos sociais na perspectiva da ofensiva neoliberal e a prevalência de políticas paliativas, com a refração das expressões da questão social”. A pesquisa, cujo objetivo:

Foi captar a compreensão que os idosos da atenção básica do município de João Pessoa possuem a respeito do Sistema Único de Saúde, possui um caráter quali-quantitativo e foi realizada em 2014, numa Unidade Básica de Saúde- UBS, do município de João Pessoa-PB. O procedimento metodológico constou do uso da observação com registro em diário de campo, pesquisa bibliográfica e documental e da realização de entrevistas semi-estruturadas, cujo conteúdo das questões abordadas versou sobre o grau de resolubilidade do SUS às necessidades/demandas de saúde dos idosos e o grau de dependência do idoso em relação ao serviço de saúde (CAVALCANTI; ARAÚJO, 2015, p. 231).

O artigo está estruturado em dois eixos, nos quais se discute o processo de envelhecimento e suas singularidades em relação à prestação dos serviços de atenção básica no Brasil e “as percepções dos idosos em relação à efetividade do Sistema Único de Saúde, em cotejo com os serviços prestados pela Estratégia Saúde da Família” (CAVALCANTI; ARAÚJO, 2015, p. 232).

Três artigos, portanto, foram apresentados nos periódicos pesquisados, desta vez sobre o tema da Saúde na velhice. O primeiro foi publicado na revista *SER Social*, no ano de 2007. O segundo em *Serviço Social em Revista*, em 2010 e o terceiro na revista *Sociedade em Debate*, no ano de 2015.

O tema *Educação* na velhice também foi pesquisado e encontramos mais quatro artigos na revista *Educação e Realidade* (número 1, volume 40, 2015). Na Apresentação da seção temática “Educação e Envelhecimento”, Doll, Ramos e Buaes (2015, p. 10) refletem sobre a interseção entre a Educação e a Gerontologia e/ou a Gerontologia Educacional (estudo e prática de ações educacionais para ou sobre a velhice e indivíduos idosos).

No Brasil, o primeiro trabalho com pessoas idosas foi iniciado pelo SESC/SP ainda nos anos 1960. Todavia, essas práticas estavam voltadas mais para atividades de sociabilidade, promovendo a ocupação do tempo livre dos jovens aposentados, do que propostas efetivamente educacionais (Doll, 2008). Para Kolland (2005), esses trabalhos eram marcados por sua característica caritativa-custodial. Pautadas em uma perspectiva assistencialista, essas atividades procuravam oferecer aos idosos momentos de entretenimento e diversão, nos quais eles pudessem desenvolver novas formas de contato social. Com o surgimento da Gerontologia Educacional, elementos mais explícitos da ação educativa passaram a integrar as atividades dirigidas aos idosos, fazendo surgir, por exemplo, o movimento das universidades e das escolas abertas à terceira idade (DOLL et al., 2015, p. 11).

No que se refere às atividades voltadas diretamente para o público idoso, Doll, Ramos e Buaes (2015, p. 12) afirmam que “a intencionalidade e os objetivos de tais propostas podem ser amplamente diversificadas”. Universidades abertas para a terceira idade, grupos de convivência, Educação de Jovens e Adultos (que no Brasil recebe um grande número de idosos), treinamento de atletas idosos, curso de informática para adultos maduros, entre outros, “refletem a própria heterogeneidade desse grupo, que possui interesses educacionais muitas vezes diversificados”.

Além disso, trocas intergeracionais, contatos familiares, experiências de vida em instituições de longa permanência, relações de amizade entre idosos e entre diferentes grupos geracionais constituem-se como espaços de ensino e de aprendizagem nos cotidianos da própria vida. Como podemos ver, a intersecção entre a Educação e a Gerontologia ocorre em um vasto contexto de experiências e interesses (DOLL et al., 2015, p. 12).

É sobre alguns aspectos desse vasto campo que a Seção Temática “Educação e Envelhecimento”, do periódico *Educação e Realidade* (2015) apresenta ao leitor. Segundo os autores, trata-se de um dossiê que tem como propósito trazer para as problematizações educacionais atuais questões relativas ao envelhecimento, promovendo um diálogo entre a Gerontologia e a Educação. “Os textos selecionados são multidisciplinares e falam do velho, da velhice, do envelhecimento e do profissional que trabalha nesse campo, a partir de diferentes perspectivas e problemáticas” (DOLL et al., 2015, p. 12). Falaremos a seguir de mais três artigos que fazem parte deste dossiê temático da revista.

“Envelhecimento e Educação para Resiliência no Idoso” é assinado por Carolina Silva Souza e Francisco Rodriguez Miranda (2015). Para os autores, a conceituação sobre a educação aponta que a integração social do idoso é uma das vias para lhes maximizar a autoconfiança, a maturidade, a “competência, o bem-estar

físico, emocional e social, a resiliência e contribuir, de forma positiva, para um envelhecimento com uma vida participativa bem-sucedida em todos os contextos relacionais” (SOUZA; MIRANDA, 2015, p. 34).

Todavia, todos estão conscientes, quer em Portugal, quer no Brasil, que a gestão das políticas sociais está ancorada em parcerias entre estado, sociedade civil e iniciativa privada e num valor social – solidariedade. E as opções políticas requerem a arte de contemplar as exigências das minorias ou problemáticas mais em foco, esperando-se dos programas do governo mais eficiência nos gastos e mais eficácia e efetividade nos resultados, sobretudo quando falamos de educação, envelhecimento e educação para a resiliência (SOUZA; MIRANDA, 2015, p. 34).

Sobre a Resiliência, Souza e Miranda (2015, p. 47) a definem como a possibilidade de desenvolver capacidades necessárias para se sobrepôr às adversidades cotidianas, “superando-as e transformando-se, com diferentes níveis de construção de uma vida pessoal e profissional significativa, saudável e construtiva”. Para eles, podemos pensá-la como uma noção que pretende consubstanciar conceitualmente uma especificidade estrutural do desenvolvimento humano, que se traduz na capacidade que denotam certas pessoas, “grupos ou comunidades para fazer face ou mesmo ultrapassar os efeitos desestruturantes que seriam muito prováveis em consequência da exposição a certas experiências” (SOUZA; MIRANDA, 2015, p. 47).

Souza e Miranda (2015, p. 48) opinam que contextos como o familiar e o educativo podem ser identificados como um lugar de ativação da resiliência do idoso. “De fato, as famílias podem influenciar a resiliência dos seus idosos demonstrando elas próprias características em termos de resiliência”.

Os fatores de origem familiar, sendo de enorme importância na construção que o sujeito faz acerca de si próprio, influenciam e entrelaçam-se com fatores individuais, como sejam a autoeficácia, a autoestima, o autoconceito, autorrealização, determinando os processos e os mecanismos por que se rege a resiliência (SOUZA; MIRANDA, 2015, p. 48).

Mas é óbvio que este suporte social não só tem que estar presente, dizem as autoras, mas tem que ser internalizado pelo sujeito, o que significa que “ser resiliente passa também pela capacidade de cada indivíduo saber reconhecer, dentro da matriz interpessoal em que se move, quem o ama e quem estabelece com ele ligações saudáveis e de confiança” (SOUZA; MIRANDA, 2015, p. 48).

“Educação Financeira com Idosos em um Contexto Popular” é um texto de Caroline Stumpf Buaes (2015). Neste artigo, a autora destaca que a relevância de ações educativas voltadas aos idosos, especialmente de classes populares, está exatamente no fortalecimento desses grupos sociais, de forma a produzir deslocamentos de posições de subordinação para posições de autoria da vida.

No exemplo dessa pesquisa, trata-se de um público em situação de vulnerabilidade social, constituída e potencializada por fatores que envolvem o nível de escolaridade, a idade, o gênero, a posição de arrimo financeiro da família e a coabitação. Além disso, trata-se de um grupo mais suscetível aos mecanismos do mercado financeiro, em seus diferentes graus de complexidade, que vão desde o uso da caderneta em armazém da vila até o contrato de crédito consignado em grandes instituições financeiras (BUAES, 2015, p. 124).

A proposta da pesquisa de Buaes (2015, p. 123) está circunscrita na análise, “em uma dimensão cognitiva, da aprendizagem de mulheres idosas em uma ação educativa na qual se procurou problematizar as relações de consumo e o uso do dinheiro”. A partir da experiência analisada, a autora propõe alguns princípios que podem fundamentar intervenções educativas, considerando a importância da criação de práticas de educação que oportunizem o protagonismo do consumidor idoso:

1. Desenvolver práticas educativas a partir de uma metodologia dialógica e investigativa para compreender as formas de raciocínio e as atitudes dos idosos em relação ao mercado de consumo;
2. Conhecer a realidade das pessoas que participam da intervenção educativa, pois as experiências dos educandos devem ser o elemento central da prática pedagógica, tendo como ponto de partida os problemas referentes às suas experiências financeiras;
3. Identificar os conceitos espontâneos dos sujeitos sobre o uso do dinheiro e práticas de consumo de modo a possibilitar que reflitam sobre suas prioridades;
4. Utilizar recursos pedagógicos próximos da realidade das pessoas e criar situações hipotéticas como elementos desencadeadores de reflexões sobre as práticas de consumo, tais como exercícios de imaginação, simulações de contratos de empréstimos que fomentem a construção de formas mais complexas de pensamento, ampliando a perspectiva do sujeito, tornar compreensível para si a sua experiência;
5. Ler e analisar materiais que circulem na sociedade tais como tabelas de simulação de empréstimos e publicidades em geral, procurando relacioná-los às vivências concretas dos sujeitos;
6. Criar contextos de aprendizagem em que as pessoas reflitam sobre as suas relações com o dinheiro;
7. Promover a reflexão sobre a facilidade de consumo por meio da problematização do uso de cartões de crédito, da contratação de créditos, como o consignado, ou outras práticas comuns nos contextos em que a intervenção estiver sendo realizada (BUAES, 2015, p. 124).

Caroline Buaes (2015, p. 124) explica que houve um reforço sobre a perspectiva de que as intervenções educativas financeiras, destinadas a “sujeitos adultos e idosos de classes populares, possibilitem a participação daqueles que não

se apropriaram da leitura e da escrita ou possuem poucos anos de escolarização”. Portanto, as intervenções educativas para o consumo destinadas aos idosos devem ser baseadas na oralidade, sem que isso “signifique prescindir do registro escrito, pois diálogo tem uma grande potencialidade de gerar conexões conceituais possibilitando a ampliação da leitura de mundo das pessoas”.

“O Desafio de Aposentar-se no Mundo Contemporâneo” é o quarto e último texto pesquisado na revista *Educação e Realidade*. Daniele dos Santos Fontoura, Johannes Doll e Saulo Neves de Oliveira (2015) são os autores.

Logo de saída, Fontoura, Doll e Oliveira (2015, p. 54) fazem as seguintes perguntas: Como as pessoas enfrentam, hoje, no Brasil esta situação ambivalente da aposentadoria? Quais são as expectativas dos sujeitos que estão se aproximando da idade de aposentadoria? E como foram as experiências de pessoas que passaram pelo processo de aposentar-se?

Para obter respostas, o artigo traz, em um primeiro momento, contribuições de três teorias clássicas da Gerontologia: Teoria do Desengajamento, Teoria da Atividade e Teoria da Continuidade. Em um segundo passo, o artigo discute perspectivas atuais a respeito da aposentadoria, demonstrando a ambivalência presente nos diferentes discursos. Assim, o artigo analisa 70 entrevistas com adultos maiores de 45 anos que procuraram um curso de introdução ao uso do computador, sendo que pouco mais da metade deles já estava aposentada. Os dados demonstram o imaginário sobre a saída do mundo do trabalho para aqueles que ainda estavam trabalhando e a forma como este processo foi vivenciado por quem já havia saído do mundo do trabalho. Além disso, indicam em que aspectos essa experiência correspondeu às expectativas que tinham quando ainda estavam trabalhando (FONTOURA et al., 2015, p. 54).

Sobre as teorias da Gerontologia, utilizadas no artigo, Fontoura, Doll e Oliveira (2015, p. 56) explicam que: a Teoria do Desengajamento representa a “primeira tentativa compreensiva, explícita e multidisciplinar de explicar o processo de envelhecimento com base nas mudanças nas relações entre o indivíduo e a sociedade”. A Teoria da Atividade procura explicar como os indivíduos se ajustam às mudanças relacionadas à idade e sugere, como forma principal e de maior sucesso, a atividade. A Teoria da Continuidade aproxima-se da Teoria da Atividade. Pegando carona nas definições de outros autores, destacam que “nesta teoria não se trata de imutabilidade ou homogeneidade entre pessoas da meia idade e pessoas idosas, mas muito mais de certa coerência e consistência nas estruturas e comportamentos das pessoas” (FONTOURA et al., 2015, p. 58).

Fontoura, Doll e Oliveira (2015, p. 54) explicam que as entrevistas realizadas com pessoas maiores de 45 anos mostram, por um lado, que a “aposentadoria e a saída do mundo do trabalho são, de fato, acontecimentos impactantes nas vidas das pessoas, exigindo uma série de novas aprendizagens e reorganizações”.

Por outro lado, dizem eles, fica evidente que existem muitas formas diferentes de como este processo é experimentado pelas pessoas. Apesar do “grupo dos participantes da pesquisa não ser representativo para a população brasileira em geral, as respostas permitem uma visão diferenciada de como o processo de aposentadoria está sendo vivido hoje no Brasil”.

Pensada inicialmente como um tipo de esmola do Estado, a aposentadoria se transformou “em um direito social e em um novo estágio de vida que goza de seu próprio nome, bem como de estrutura legal, ofertas de consumo, revistas e livros e comunidades de vivência relacionadas ao tema” (FONTOURA et al., 2015, p. 54).

Como vimos, foram quatro, também, o número de artigos pesquisados no periódico *Educação e Realidade*, sobre o tema da *Educação na velhice*. Todos na mesma edição de número 1, do ano de 2015.

A *Antropologia do Corpo* é mais um tema que achamos interessante abordar neste trabalho. Por isso, destacamos três artigos publicados na revista *Horizontes Antropológicos* (número 43, ano 16, 2010). O primeiro: “Velhice, Corpo e Narrativa”, de autoria de Josimara Delgado (2010), parte de relatos e experiências de trabalhadores idosos, já aposentados. A autora nos informa que:

Acompanhando os eixos simbólicos construídos nos relatos, é possível acessar um conjunto de representações acerca do significado da velhice na sociedade moderno-contemporânea, resgatando-a como fenômeno complexo. No vocabulário dos velhos, nos signos que usam para descrever sua trajetória e nos significados que regem os contatos reais, tem-se a especificação de densas experiências que revelam, no âmbito diversificado das particularidades e singularidades, a relação desses velhos com traços mais gerais da vida sociocultural nesse contexto (DELGADO, 2010, p. 209).

Segundo Josimara Delgado (2010, p. 210), um eixo da cultura hegemônica atual é a importância da possibilidade de manipulação do corpo, como símbolo da ampliação da liberdade individual, da capacidade de escolha do indivíduo.

Esse traço expressa os contornos que adquirem, em nosso tempo, os processos de individualização da vida social. Alves (2006, p. 67) explica que esse é um dado essencial do envelhecimento contemporâneo, marcado pela “fragmentação da experiência da velhice” na qual estão presentes a exigência de “um comprometimento do indivíduo com seu próprio processo de

envelhecer”, bem como a ampliação das possibilidades de manipulação dos marcos etários (DELGADO, 2010, p. 210).

“Pensar esses fenômenos da individualização a partir do universo cultural dos velhos trabalhadores não é um exercício simples, ao mesmo tempo em que é uma tarefa importante”, afirma a autora. Os desafios práticos postos “para esses idosos em seus percursos cotidianos mostram algumas instâncias, trajetórias e relações concretas que matizam essas tendências e que são importantes na análise das relações sociais contemporâneas” (DELGADO, 2010, p. 2010).

“Envelhecimento, trajetórias e homossexualidade feminina” é o segundo artigo escolhido deste tema, assinado por Andrea Moraes Alves (2010). Em sua abordagem sobre o assunto, a autora começa dizendo que o que mais se difunde é a ideia de que “os corpos envelhecidos não têm espaço no mercado erótico e essa desvantagem acaba por afastar as pessoas mais velhas do exercício da conquista sexual” (ALVES, 2010, p. 2016).

Essa imagem é ainda mais forte quando tratamos de mulheres. Na medida em que envelhecem, as mulheres são vistas e se veem como pouco atrativas sexualmente. As marcas corporais do envelhecimento como rugas e cabelos brancos são desvalorizadas do ponto de vista estético e comprometem o potencial de sedução daquele corpo (Goldenberg, 2008). Afirma-se também que no Brasil essa desvalorização estética do corpo velho é bastante disseminada, refletindo-se no elevado número de pessoas que realizam (ou que gostariam de realizar) diversos procedimentos, inclusive cirúrgicos, que prometem o rejuvenescimento físico. Diante desse clima de negação da velhice, é comum ouvirmos as mulheres mais velhas reclamarem da invisibilidade de seus corpos e da consequente perda do poder de atração sexual (ALVES, 2010, p. 217).

“Essas afirmações podem ser todas matizadas”, esclarece Alves (2010, p. 217). “Nem sempre esse sentimento de invisibilidade é compartilhado por todas as mulheres mais velhas em todas as situações”. Na opinião da autora, “existem padrões estéticos distintos na sociedade e nem sempre o que parece ser símbolo de envelhecimento num contexto tem o mesmo significado em outro. O que é sexualmente atrativo também é algo muito variável”.

Entre as mulheres que entrevistei para essa pesquisa, a idade não foi referida como um obstáculo em suas vidas amorosas. Ao contrário do que se esperaria encontrar no discurso de mulheres com mais de 60 anos de idade, as entrevistadas continuam namorando e coabitando com suas parceiras e não se referem à velhice como um elemento que dificulte seus encontros amorosos com outras mulheres (ALVES, 2010, p. 217).

Andrea Alves (2010, p. 217) comenta que as parceiras das mulheres idosas entrevistadas são, em média, dez a 15 anos mais jovens do que elas; “invertendo um movimento que as entrevistadas experimentaram anteriormente em suas vidas: quando elas eram mais jovens e iniciavam sua vida sexual, as primeiras parceiras eram mais velhas do que elas”. Agora são elas que “encontram mulheres mais jovens para se relacionarem e, em algumas situações, mulheres provenientes de meios sociais mais modestos, com pouca escolaridade e nível de renda mais baixo”.

“A vida sexual do par lésbico foi tratada na literatura sobre o tema como subsumida a outros mandamentos de configuração do casal” (ALVES, 2010, p. 218). Segundo essa bibliografia, prossegue a autora, “o casal de mulheres constitui-se por um forte sentimento de conjugalidade, aliado a uma noção distintiva das individualidades”. Os membros da díade partilham projetos e “dividem as tarefas e obrigações comuns, sem diluírem suas individualidades. A prática sexual é ocultada como elemento determinante da união daquele casal”.

Em suas considerações finais, Alves (2010) afirma que o estabelecimento da relação entre velhice e homossexualidade não significa buscar se há algo de específico no envelhecimento de homossexuais. A etapa mais avançada do curso da vida não adquire marcas únicas porque os velhos em questão são gays ou lésbicas. “São as trajetórias de vida, marcadas pelas vivências comuns de determinadas coortes etárias, que podem emprestar ao envelhecimento marcas distintivas” (ALVES, 2010, p. 231).

“O caminho do retorno: envelhecer à maneira taoista”, de autoria de José Bizerril (2010), encerra o grupo de três artigos selecionados sobre o tema da *Antropologia do Corpo*. Do corpo velho, ressalte-se. Contudo, vale a pena lembrar que há outras visões, outros olhares e outros entendimentos sobre este assunto. Vejamos o que argumenta o autor em questão:

Com atenção ao caráter multi ou intercultural das metrópoles líquido-modernas, por meio da combinação de análises micro e macrossociológicas combinadas, emerge uma pluralidade de possibilidades alternativas de modos de subjetivação corporificados. Dessa perspectiva, o quadro geral se reconfigura, com o corpo biomédico/biotecnológico/objeto de consumo aparecendo como expressão de apenas uma dentre várias possibilidades de corporeidade. O corpo-máquina derivado da modernidade ocidental dialoga de forma tensa com outras possibilidades de corpo-pessoa, algumas delas constituídas de forma mais holista, como no caso das medicinas tradicionais e das religiosidades não cristãs – de matriz indígena, afro, asiática, etc. – que se tornaram disponíveis em contextos multiculturais globalizados,

transcendendo o âmbito de suas comunidades étnicas de origem (BIZERRIL, 2010, p. 309).

A esse respeito, o autor pontua um paralelo interessante com as conclusões derivadas de seu exemplo etnográfico do taoísmo no Brasil, que é o mapeamento comparado das técnicas corporais não ocidentais na cidade de Buenos Aires, “que aponta para conclusões análogas sobre as possibilidades de outras formas de subjetivação, ainda que o contexto nacional seja outro e o material seja empiricamente mais diversificado” (BIZERRIL, 2010, p. 309).

Para finalizar, Bizerril (2010, p. 309) julga necessário destacar a importância de evitar uma leitura essencialista do taoísmo. “É evidente que, como outras tradições de longa duração, se trata de um conjunto heterogêneo de movimentos com características e públicos contrastantes”. Há variações em termos históricos, mas também geográficos, “por isso não se trata de buscar uma forma pura ou essencial de taoísmo” (BIZERRIL, 2010, p. 310).

Nesse sentido, um posicionamento etnográfico oferece a vantagem de reduzir a idealização monolítica da tradição: um grupo específico pratica uma versão contemporânea e transplantada do taoísmo, nem por isso menos legítima. E mais, num ambiente multicultural, o texto cultural taoísta aparece como uma dentre tantas “correntes de tradições culturais” (para utilizar o termo de Barth, 2000) que se entrecruzam nas biografias de atores sociais particulares. Ainda assim, reconhecer uma subtradição contrastante com os modos de corporalidade hegemônicos nas grandes cidades globalizadas indica a potencialidade para que a adesão a uma tradição como essa assumam tons de uma crítica cultural à sociedade de consumo (BIZERRIL, 2010, p. 310).

Essa crítica, afirma o autor, se constitui muito mais no plano do vivido do que “como uma práxis explicitamente política. O potencial de dissidência dos taoístas com relação à subjetivação para o consumo se inscreve em seus corpos, que se movem em ritmo mais lento pela metrópole” (BIZERRIL, 2010, p. 310).

Na revista *Horizontes Antropológicos* (número 34, 2010) foram, portanto, somente três artigos pesquisados e apresentados aqui, neste trabalho, sobre o subtema da *Antropologia do Corpo*.

Chegamos no último subtema a ser abordado em nosso trabalho, fruto de pesquisas nos periódicos científicos do Serviço Social e áreas afins. Nos ocuparemos agora dos *Direitos Sociais e Políticas Sociais*. Vicente de Paula Faleiros comparece mais uma vez, com o texto “Cidadania e direitos da pessoa idosa”, publicado novamente na revista *SER Social* (número 20, 2007).

Neste artigo, Faleiros (2007, p. 36) analisa os marcos constitucionais e legais que asseguram os direitos da pessoa idosa no Brasil. Ele nos informa que “estes direitos foram elaborados e definidos, principalmente, no marco da transição democrática no Brasil pós-ditadura de 1964. A transição democrática possibilitou a expressão da transição demográfica por que passa o país”.

Faleiros (2007, p. 36) explica que a rápida transição demográfica no Brasil era silenciada social, política e culturalmente. Socialmente pela “não fala sobre a velhice, numa sociedade considerada de jovens e voltada para a exaltação da força e da beleza física”. Politicamente, o silêncio advinha em razão de “mudanças nas políticas sociais com redução do papel do Estado em favorecimento do mercado e as reformas propostas traziam no seu bojo o corte de direitos sociais”. Ele então indaga: Como falar em garantia de direitos num contexto neoliberal de redução de direitos?

Culturalmente, a velhice pode ser silenciada pela discriminação e pelas violências. A democratização abre espaços para manifestações de pessoas idosas, como na luta dos 147% de reajuste nas aposentadorias durante o governo Collor, e para a organização de idosos que passaram a implementar fóruns, conselhos, centros (FALEIROS, 2007, p. 36).

“A esfera do político, por sua vez, não poderia deixar de incluir o eleitorado idoso como público de *marketing* e de voto” (FALEIROS, 2007, p. 36). Assim, a questão do envelhecimento e da pessoa idosa passa a ser considerada como questão política crucial:

Implicando a elaboração de um novo paradigma ou pacto societário frente ao envelhecimento demográfico e pessoal que venha contrapor o direito ao modelo filantrópico clientelista (Faleiros, 2001; Mestriner, 2001) e à reprivatização da velhice (Debert, 2004) (FALEIROS, 2007, p. 36).

O autor argumenta que as constituições brasileiras passaram por profundas transformações no bojo dos conflitos sociais. Foi no processo de “transição democrática que a constituição de 1988 propiciou o paradigma dos direitos para a pessoa idosa, assim como o paradigma da proteção integral para crianças e adolescentes” (FALEIROS, 2007, p. 37).

Na primeira parte do artigo, Faleiros (2007, p. 37) faz referência à política da pessoa idosa no marco constitucional, para se referir mais profundamente à Constituição de 1988. Em seguida, analisa a Política Nacional do Idoso e o Estatuto

do Idoso, destacando o conceito de proteção social para abordar o tema da efetivação dessa proteção.

“O impacto do empobrecimento na velhice”, também publicado na revista *SER Social* (número 21, 2007), é assinado por Edineia Salviano da Silva Santos e Beltrina Corte (2007). A aposentadoria, assim como outros benefícios, estão incluídos nos direitos sociais (e políticas sociais) destinados à população idosa. Entretanto, o que acontece se, por algum motivo, o idoso perde esses direitos? Por que o interesse em estudar, por exemplo, qual seria o impacto do empobrecimento na velhice, para idosos que gozaram de uma situação financeira abastada durante toda a vida? Com base nesta pergunta, Santos e Corte (2007) desenvolveram uma pesquisa qualitativa com pessoas que, por algum motivo (ou vários), viram-se empobrecidas na velhice.

Entre outras questões levantadas na pesquisa, as autoras opinam que “a queda no nível socioeconômico decorrente da aposentadoria pode ser um dos muitos fatores que a transforma numa espécie de anúncio de morte próxima” (SANTOS; CORTE, 2007, p. 222).

Conforme ressalta Peixoto (2004b), entre outros fatores, a aposentadoria traz ao idoso uma degradação de sua condição de vida, uma vez que a perda financeira não permite manter um nível de vida próximo àquele vivenciado no período de atividade (SANTOS; CORTE, 2007, p. 222).

Em sua pesquisa de natureza qualitativa, as autoras lançaram mão de um questionário de identificação dos sujeitos, fizeram uso de um roteiro de entrevista aberta (com homens e mulheres na idade de 59 a 82 anos), cujo critério de inclusão era ser alguém que teve uma vida confortável e, por alguma ocorrência, empobreceu na velhice.

Optamos por dar destaque maior à questão de melhores condições de vida do idoso que, além de enfrentar as mudanças de sua fase de desenvolvimento, sofre com a perda de sua condição socioeconômica. Com o objetivo de levantar dados que possam contribuir para as políticas de prevenção e atendimento psicoterapêutico de idosos nas mesmas condições, também descrevemos quais as estratégias de enfrentamento utilizadas pelos idosos e quais os resultados por eles obtidos (SANTOS; CORTE, 2007, p. 224).

Superar o impacto da mudança radical não foi tarefa fácil para nenhum dos entrevistados, afirmam Santos e Corte (2007). Contudo, aqueles que possuíam “uma rede social fortalecida receberam mais apoio para reformular seu projeto de vida e

demonstraram maior capacidade de adaptação à nova situação” (SANTOS; CORTE, 2007, p. 236).

O conceito de dependência na velhice “é uma construção social que vem sustentando cada vez mais políticas de proteção social no Brasil a favor de pessoas com maior vulnerabilidade” (SANTOS; CORTE, 2007, p. 237). E “essas situações ocorrem em qualquer fase da vida, embora reconheçamos que as pessoas idosas, por viverem mais anos, tem uma exposição maior aos riscos, sejam eles biológicos, culturais e/ou financeiros”.

“Formação em Serviço Social, política social e envelhecimento populacional” é o terceiro artigo, de autoria de Potyara Pereira (2007), publicado também na revista *SER Social* (número 21, 2007).

Ela inicia pontuando que várias são as evidências empíricas que atualmente induzem as universidades e, nestas, “os cursos de Serviço Social, a se interessarem pelos conteúdos, metodologias e práticas de políticas sociais voltadas para o fenômeno do envelhecimento” (PEREIRA, 2007, p. 242). Dentre essas evidências, ela destaca três:

1.O progressivo envelhecimento da população; 2. O surgimento de novas necessidades decorrentes do fenômeno do envelhecimento e das condições estruturais e históricas em que esse fenômeno é produzido; 3. O reconhecimento de que as políticas, os serviços, as instituições e os agentes de proteção social convencionais não mais respondem adequadamente a essas novas necessidades (PEREIRA, 2007, p. 243).

Potyara Pereira (2007, p. 244) ressalta que, “por ser uma profissão que atua em constante interação com as políticas e os direitos sociais, o Serviço Social não pode ficar alheio à tematização do fenômeno do envelhecimento”. E mais, “não pode se abster do exame crítico do significado e implicações contextuais desse fenômeno, visto que ele não se dá de forma isolada”.

O envelhecimento populacional é antes de tudo uma questão complexa. Está evidentemente ligado aos baixos índices de fecundidade, mas também tem relação com o avanço científico, especialmente no campo da saúde, assim como com as mudanças de valores e comportamentos que rompem cotidianamente com antigos estereótipos (PEREIRA, 2007, p. 244).

“Só isso já é o suficiente para que o Serviço Social procure atualizar o seu arsenal analítico e operativo, para, inclusive, subsidiar modificações nas políticas sociais”, declara Pereira (2007, p. 244). Mas ela pontua que nessa tarefa, não se pode

esquecer que, relacionados aos fenômenos e processos mencionados, “há outros, estruturais, com suas inevitáveis consequências, que hoje mobilizam e desafiam os formuladores e executores de políticas, especialmente as dirigidas aos mais pobres”.

Estudar o processo de envelhecimento, para a autora, torna-se uma “tarefa complexa que também requer a particularização de condições, de necessidades, de exigências, de interesses e de possibilidades, de acordo com a classe social, o gênero e a etnia do idoso” (PEREIRA, 2007, p. 248).

Quanto às políticas sociais voltadas para a população idosa, ela pondera ser urgente um perfil que:

A despeito das limitações impostas pelo modelo socioeconômico dominante, se baseie em análises: a) das condições de vida dos idosos, detectando mudanças nos planos pessoal e social; b) das situações específicas de pobreza, mal-estar e marginalização a que muitos idosos estão submetidos; c) dos fatores políticos, sociais, econômicos e culturais que influenciam as condições de vida dos idosos, com vista à revisão das políticas sociais vigentes e à proposição de outras novas; d) das convergências e divergências dos esquemas de políticas sociais nacionais com os de outros países para, por meio da comparação e do contraste, retirar lições positivas (PEREIRA, 2007, p. 251).

Na opinião da autora, dentre as situações analisadas, uma assume importância fundamental para as políticas sociais brasileiras: a que é referente à pobreza, ao mal-estar e à marginalização dos idosos. Nessa situação particular “deverão ser verificadas as condições de fato de sua existência, os processos e fatores que as determinam e os impactos que as políticas sociais tiveram, têm ou terão sobre a sua ocorrência” (PEREIRA, 2007, p. 252).

O Serviço Social, como profissão interventiva, precisa que suas pesquisas tenham como meta “não apenas o conhecimento da realidade, mas, principalmente, o uso desse conhecimento para fomentar mudanças socialmente necessárias dessa ou nessa realidade”, afirma Pereira (2007, p. 255). Nesse sentido, “a pesquisa sobre o fenômeno do envelhecimento a ser realizada pelo Serviço Social não constituirá um fim em si mesma, mas um meio capaz de subsidiar ações ou políticas planejadas e intencionais”.

Concluimos este subtema – *Direitos Sociais e Políticas Sociais*, portanto, com os três artigos publicados na revista *SER Social*. O primeiro que apresentamos consta no número 20, do ano de 2007; o segundo e o terceiro estão no número 21, também no ano de 2007.

4.3 Na conjuntura do golpe de estado e transição ao neofascismo: 2016 – 2018

“Envelhecimento e políticas públicas: um debate necessário para o Serviço Social”, é um artigo apresentado no 16º Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social, e assinado por Gutiélle Faria e Letícia Paixão (2018). Neste debate, os autores enfatizam que o envelhecimento tem sido um tema privilegiado de análise das políticas públicas, pois tem como foco “o aumento progressivo no país de pessoas com 60 anos ou mais, que vem demandando alterações nas ações por parte do Estado em suas respostas às necessidades deste público” (FARIA; PAIXÃO, 2018, p. 3).

No contexto de expressivo aumento de pessoas idosas no país, torna-se evidente a urgência de repensar as políticas públicas vigentes, de modo que assegurem um melhor estado de convívio familiar, social, econômico e de saúde para as pessoas idosas, para aquelas que entrarão neste grupo (FARIA; PAIXÃO, 2018, p. 3).

Além de abordar a criação e implementação da Política Nacional do Idoso e do Estatuto do Idoso, Faria e Paixão (2018, p. 5) lembram que no ano de 2006, criou-se a “Caderneta de Saúde da Pessoa Idosa que informa sobre a importância do trabalho na saúde do idoso, como por exemplo, o modo de envelhecer”. Por se entender então que o envelhecimento é um processo que acontece de forma natural e gradativa na vida do indivíduo durante o seu processo de vida, “torna-se um dos objetivos do SUS, preservar a autonomia da pessoa idosa garantindo um envelhecimento com qualidade para todos os cidadãos”.

Em correspondência aos princípios e diretrizes do SUS pressupõe a Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa (PNSPI), que se articula com a lei nº8.080/90 que dispõe sobre a promoção, proteção e recuperação à saúde, sendo constituída pela Portaria nº2.528 de 19 de outubro de 2006, que busca a promoção do envelhecimento saudável e ativo através do fortalecimento da participação social. Assim também, dentro de suas estratégias se encontra a elaboração de projetos, a fim de fomentar pesquisa no âmbito do envelhecimento (FARIA; PAIXÃO, 2018, p. 6).

Envelhecer com qualidade implica considerar elementos como renda, saúde, lazer, alimentação, entre outros, esclarecem os autores. Além disso, “a aposentadoria é uma determinante importante no tema do envelhecimento, porque através dela é possível alcançar certa segurança financeira na velhice” (FARIA E PAIXÃO, 2018, p.

6). Contudo, “nem todos os idosos têm esta segurança, pois alguns trabalharam por toda a vida sem contribuir para a previdência social”.

Faria e Paixão (2018, p. 6), assinalam que os direitos prestados aos idosos estão regulamentados na sociedade brasileira, porém, “se faz preciso implementar estas políticas de forma mais eficiente, a fim de efetivar os direitos preconizados em lei”. Garantir a todo idoso brasileiro o acesso às políticas públicas “é um desafio que diversos profissionais enfrentam em seus atendimentos à população idosa, entre estes o assistente social, que busca viabilizar e garantir os direitos de sua população usuária”.

Ao falar do Serviço Social no Brasil, os autores informam que este expande seu trabalho ocupacional em todos os meios onde a questão social se manifesta com efeitos “sobre a vida da sua população usuária, como: mulheres, idosos, crianças, deficientes, adolescentes e demais pessoas que possuem violações de direitos na sociedade” (FARIA; PAIXÃO, 2018, p. 6).

Constantemente, o assistente social “se depara com demandas sobre o reflexo do impacto da sociedade capitalista”, e sua habilidade de respostas para o auxílio dessa demanda, resultam-se então como mediador das situações de vulnerabilidades da sociedade e das demandas da população. “Assim, para reconhecer essa população, por conseguinte, o profissional deve propor ações para compreender as necessidades de cada indivíduo” (FARIA; PAIXÃO, 2018, p. 6).

Nos projetos destinados aos idosos, o Serviço Social pode exercer o trabalho nas questões pertencentes ao exercício do domínio social nas políticas sociais, com o propósito de construir políticas de inclusão dessa população, que pode se dar em dois contextos:

No âmbito da conscientização do indivíduo, e no modo das indagações conjunturais, junto a relações sociais, à sociedade. Diante disso, para que haja elaboração junto às relações sociais, é preciso entender as especificidades das demandas, trazendo um norte de estratégias e intervenções em relação à qualidade de serviços prestados. No que tange ao assunto sobre envelhecimento é preciso considerar o modo com que os idosos vivem esta etapa da vida, e ações profissionais que podem ser realizadas para que não haja somente uma plena longevidade, mas para que os anos vividos aconteçam com uma qualidade melhor (FARIA; PAIXÃO, 2018, p. 7).

Cabe ao Assistente Social conhecer o idoso em sua totalidade, levando em consideração “fatores sociais, psicológicos e familiares em suas intervenções e

análises, para que possa ser capaz de fomentar ações interdisciplinares e garantidoras dos direitos sociais para a população idosa” (FARIA; PAIXÃO, 2018, p. 9).

Segundo os autores (FARIA; PAIXÃO, 2018, p. 8), para os assistentes sociais exige-se uma atuação competente e crítica, na maneira que desmitifique o dia-a-dia e suas relações pela sociedade capitalista, procurando, “por dentro da reflexão ética, edificar estratégias que vençam as fronteiras impostas a essa população idosa, tendo como finalidade a democracia e justiça pelos direitos”. No entanto, é preciso analisar os novos espaços que leva a atuação profissional, “tendo em vista o Código de Ética da profissão, este que torna prioridade a autonomia, a liberdade e os valores que cada indivíduo possui”.

Percebe-se, neste artigo, que no ano de 2018 (dois anos após o golpe de estado executado contra a então presidenta Dilma Rousseff), os profissionais do Serviço Social continuam a se preocupar em debater os direitos da pessoa idosa, com o intuito de “buscar um norte de estratégias e intervenções interdisciplinares para trabalhar a respeito das diferentes demandas que envolve o tema do envelhecimento” (FARIA; PAIXÃO, 2018, p. 9).

Para estes profissionais, a qualidade de vida dessa população pode melhorar “através de intervenções que tem como intuito preservar o bem-estar familiar, físico, emocional e social dos idosos” (FARIA; PAIXÃO, 2018, p. 9). Nesse sentido, o Assistente Social é um profissional cabível para projetar “ações voltadas para o melhor dessa população, pois envelhecer com qualidade e de forma digna é uma questão de cidadania, sendo direito de todo ser humano”.

Cinco autores assinam o texto “O Idoso no Contexto Familiar: uma abordagem a partir do banco de dados da CAPES”, publicado em 2016 na revista *Sociedade em Debate* (volume 22, número 2). São eles: Silva, Mafra, Fonseca, Barros e Almeida (2016).

Considerando a importância “do idoso no contexto populacional brasileiro, e o papel das famílias na oferta do cuidado, os autores esclarecem que este estudo buscou fomentar “uma discussão acerca da temática “Família e Idoso” a partir de estudos realizados por pesquisadores brasileiros. “Por isso, optou-se por realizar uma pesquisa documental, de caráter explicativo com abordagem qualitativa” (SILVA et al., 2016, p. 301).

Logo de início, os autores reconhecem que a longevidade não é mais um novo cenário brasileiro. Os institutos de pesquisa, a literatura científica, assim como as projeções estatísticas e demográficas, há mais de uma década “já sinalizam o fenômeno do envelhecimento populacional no país. Em diversos artigos científicos ou em textos empíricos, percebe-se que o Brasil é um jovem país de cabelos brancos” (SILVA et al., 2016, p. 300).

O incomum é a adoção de ações efetivas para enfrentar a realidade vivenciada pelos idosos, no que se refere à demanda por cuidados, uma vez que o governo, a sociedade e até mesmo as famílias, não sabem o que fazer diante desta demanda. A velhice traz para dentro deste contexto do cuidado, as doenças crônicas que provocam fragilidade e dependência (SILVA et al., 2016, p. 300).

Segundo os autores do texto, o aspecto crônico de doenças conduz o idoso à dependência. “Estes indivíduos passam a demandar da presença de outra pessoa por longos períodos, sendo a família a principal ofertante desse cuidado” (SILVA et al., 2016, p. 300).

Mesmo reconhecendo que foram criadas políticas públicas importantes para a assistência ao idoso no Brasil, eles acreditam que estas não tem sido suficientes para as demandas recorrentes e crescentes de cuidado para esse segmento populacional. Além disso, responsabilizam os governos (federal, estadual e municipal) por se mostrarem alheios a esta realidade, bem como a omissão da sociedade, que, na opinião dos autores, tem contribuído para agravar esse cenário.

O limite temporal deste estudo se deu entre os anos de 2010 – 2014, e os pesquisadores puderam verificar a importância da temática “Família e Idoso” no contexto do estudo do envelhecimento populacional brasileiro, “visto que emergiram 160 resumos de pesquisas desenvolvidas nos Programas de Pós-graduação *Stricto Sensu* publicados no banco de teses da Capes” (SILVA et al., 2016, p. 313). O interesse dos pesquisadores pela temática evidencia “o quanto é emergencial discutir e implementar ações ligadas ao envelhecimento, caso contrário, a longevidade deixará de ser uma conquista e ganhará status de problema social”.

Estudar a relação entre a “Família e o Idoso” por meio do software Alceste possibilitou descobrir que da temática emergem questões como a necessidade de cuidado para com o idoso, uma vez que a família não tem sido suficientemente capaz de ofertar o cuidado necessário. Outro aspecto apontado na análise do referido software é a deficiência da rede de atenção e assistência à saúde do idoso. Não persistem dúvidas quanto a necessidade de se propor alternativas para que o modelo de saúde deixe de ser biomédico,

curativo e assumo, de fato, uma intervenção baseada na promoção e prevenção. E finalmente a análise deixa evidente a sedimentação do processo de feminização da velhice que está ocorrendo no Brasil (SILVA et al., 2016, p. 313).

Por fim, considerando a motivação central deste estudo, este pode contribuir com a literatura científica, pois evidenciou elementos importantes para discutir e apoiar um envelhecimento com autonomia e dignidade (SILVA et al., 2016, p. 313).

Outro artigo publicado na revista *Sociedade em Debate*, 2018 (volume 24, número 2), aborda o processo de envelhecimento visto como uma vitória social importante do último século, contudo, gerando consequências e desafios para o desenvolvimento de políticas públicas que tenham como foco a resolução dos problemas advindos desse envelhecimento populacional. “Condições dos idosos em arranjos unipessoais no Brasil” é assinado por Karine Kátia Iria Luiz, Maria das Dores Saraiva de Loreto e Marco Aurélio Marques Ferreira (2018).

Segundo Luiz, Loreto e Ferreira (2018, p. 133), embora este estudo não tenha tido por objetivo mostrar com detalhes a composição da renda dos idosos, ele levou em consideração para esta variável os valores monetários e não-monetários percebidos, indicando a necessidade, no contexto atual, de “políticas que garantam renda para os idosos, além daquelas que possam contribuir para o aumento do nível de escolaridade, não só dos que já são idosos, mas daqueles que um dia serão”.

Além disso, considerando o impacto que os serviços públicos de qualidade podem ter na saúde e na alimentação dos idosos, ressalta-se a importância dos serviços de saúde próximo dos domicílios, com o intuito de prevenir o adoecimento e o agravamento de doenças crônicas; da distribuição gratuita de remédios, pensando em cuidados equitativos aos idosos e da presença de restaurantes comunitários, capazes de atender às necessidades nutricionais, desonerar o preparo da alimentação e proporcionar a convivência comunitária, o que pode ser muito importante, considerando que moram sozinhos (LUIZ et al., 2018, p. 134).

A pesquisa mostrou que os gastos com alimentação e saúde (gastos vitais) são elevados, mas, mesmo assim, os idosos, de um modo geral, mostraram-se satisfeitos tanto com a renda para a saúde quanto com a alimentação à qual têm acesso.

No entanto, a avaliação da renda não foi positiva; ou seja, os idosos encontram dificuldade para levar a vida até o fim do mês com a renda percebida. Pode-se inferir então que a satisfação observada com a renda para a saúde, embora a renda não seja suficiente para os gastos totais, pode vir de uma possível prioridade nos gastos em relação a essa variável; ou seja, a renda é suficiente para cobrir os gastos com a saúde, mas não é suficiente para outros gastos que também são considerados importantes, ou porque

recebem alguma assistência para a saúde, minimizando os gastos com essa variável. Já no que diz respeito à satisfação com a alimentação, pode-se dizer que, embora esse resultado indique satisfação com a quantidade de alimento disponível e o tipo de alimento consumido, isso não quer dizer que haja consumo de alimentos saudáveis e adequados às suas necessidades nutricionais, pois os hábitos alimentares também sofrem influência da cultura e das preferências pessoais (LUIZ et al., 2018, p. 134).

A correlação observada entre todas as variáveis analisadas é um “indicativo da necessidade de se atrelar uma educação quanto ao consumo de alimentos e ao cuidado com a saúde por meio de políticas de garantia de renda para a população idosa”, atestam os autores Luiz, Loreto e Ferreira (2018, p. 134), “além do aporte de serviços públicos, como renda indireta, capaz de prover com mais equidade as necessidades dessa população”.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, compreendemos a importância das legislações brasileiras (a Constituição Federal de 1988, a Política Nacional do Idoso e o Estatuto do Idoso) como pontos de partida para a garantia dos direitos sociais dos idosos, ao mesmo tempo em que percebemos um crescente compromisso de profissionais do Serviço Social (que está expresso em seu projeto profissional da área) quanto à defesa desses direitos.

Descobrimos que a velhice, bem como o envelhecimento da população no Brasil tornaram-se temas de interesse científico a partir da segunda metade do século XX, mas somente no século XXI é que os pesquisadores passaram a caminhar em várias direções, percorrendo questões importantes que precisavam ser debatidas e analisadas no mundo acadêmico e científico, pois compreenderam que para envelhecer bem, com dignidade, o idoso precisa de condições apropriadas nas áreas da saúde, da assistência, da educação, da habitação e tantas outras, bem como nas relações sociais e afetivas, seja na família, na sua comunidade, ou na sociedade, como um todo.

Compreender a velhice na sua totalidade e torná-la prazerosa, digna e segura, significa levar em consideração todos os aspectos da vida, sejam eles sociais, culturais, físicos, psicológicos, emocionais e até financeiros, dessas pessoas; e lutar por políticas públicas eficazes em todas as áreas e situações necessárias, para que o idoso seja cuidado, valorizado e respeitado na sua condição de ser humano velho.

A pesquisa bibliográfica intensa e constante nos periódicos científicos do Serviço Social e áreas afins, nos ofereceu subsídios para a formulação de algumas considerações importantes, retiradas dos próprios artigos lidos, estudados, analisados e contextualizados neste trabalho. Seguem elencadas, então, as considerações finais acerca dos temas (e/ou subtemas) abordados nos três capítulos que compõem esta monografia.

Sobre a *Violência*, não há como não concordar com Faleiros (2004), quando este define a violência na velhice como negação da vida, negação da diferença, aumento do preconceito e destruição do homem velho, somente porque ele é velho. E sendo velho, ele passa a ser improdutivo, descartável e já não serve mais para a sociedade. Vale lembrar que estamos falando de uma sociedade (brasileira) que mais valoriza o novo, o jovem, a aparência física, e é pautada no consumo, na desigualdade

social e na ordem capitalista de produtividade. E ao velho, o que resta é o descaso, o abandono, a negligência, a falta de respeito, a violação de direitos e a exclusão social.

A *Cidadania* nos mostrou que compete aos assistentes sociais o exercício e o comprometimento sério na proteção e defesa dos direitos sociais, morais, éticos e políticos da pessoa idosa. Todo cidadão tem direito a envelhecer e concordamos com Silva (2016), quando ela afirma que a proteção desse direito é responsabilidade da família, da sociedade e do Estado.

Quanto à *Saúde*, esta é (ou deveria ser, sempre) prioridade do Estado. As políticas públicas voltadas para o sistema de saúde, ao contrário do que acontece em nosso país, precisam dar conta da demanda de cuidados essenciais que os idosos necessitam, para que a maturidade e o envelhecimento dos cidadãos ocorram de maneira ativa e saudável. Precisamos concordar com Assunção e Fernandes (2010), quando afirmam que é preciso “resgatar a humanização”. Só desta forma, saberemos o que significa “ser humano”, na sua totalidade.

A *Educação* foi outro tema abordado e compreendemos a importância de atividades e práticas educacionais que colaboram para manter a mente do idoso sempre ativa e participativa, “maximizando”, como pontuam Souza e Miranda (2015), “a autoconfiança, a maturidade, a competência, e o bem-estar físico, emocional e social”. É fato que o envelhecimento acarreta uma série de alterações cognitivas, entre elas a diminuição do processamento de informações e a dificuldade de execução em atividades que remetem ao raciocínio e à memória. É neste momento que a educação entra em cena, contribuindo para promover uma melhor qualidade de vida ao idoso, bem como o aprimoramento de sua cidadania.

Falamos anteriormente do ser humano velho, descartável. Nada melhor para essa representação, do que o corpo. Por isso elegemos também em nossa pesquisa o subtema *Antropologia do Corpo*, para debater acerca das “marcas corporais” na contemporaneidade, que segundo Alves (2010), são desvalorizadas do ponto de vista estético. Trata-se, mais uma vez, da negação da velhice, e desta vez não somente por parte da sociedade, como também da própria pessoa idosa, que muitas vezes sente a necessidade de rejuvenescer, por meio de procedimentos cirúrgicos e outras alternativas, capitaneadas por uma sociedade pautada na aparência. Entre outros assuntos, este foi um dos mais interessantes e reais, nas leituras dos periódicos pesquisados.

Questões como “empobrecimento na velhice”, “dependência na velhice” e “processo de envelhecimento”, entre outras, foram abordadas em *Direitos Sociais e Políticas Sociais*, fechando os subtemas elencados para este trabalho. E como não poderia deixar de ser, entra em cena novamente o papel do Serviço Social, que como bem enfatizou Pereira (2007), “não pode se abster do exame crítico do significado e implicações contextuais” desses fenômenos. Só desta maneira, o profissional, assistente social, poderá caminhar em sua luta constante, por meio das políticas sociais, na defesa dos direitos sociais, culturais, éticos e políticos, dos idosos.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Andrea Moraes. Envelhecimento, trajetórias e homossexualidade feminina. **Horizontes**, Porto Alegre - RS, ano 16, n. 34, p. 213-233, Jul/Dez, 2010.
- ASSUNÇÃO, Geórgia Pires; FERNANDES, Raquel Aline. Humanização no atendimento ao paciente idoso em unidade de terapia intensiva: análise da literatura sobre a atuação do profissional de saúde. **Serviço Social em Revista**. Londrina – PR, v. 12, n. 2, p. 69-82, Jan/Junho, 2010.
- BIZERRIL, José. **O caminho do retorno: envelhecer à maneira taoista**. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre - RS, ano 16, n. 34, p. 287-313, Jul/Dez, 2010.
- BUAES, Caroline Stumpf. **Educação Financeira com Idosos em um Contexto Popular**. Educação & Realidade, Porto Alegre - RS, v. 40, n. 1, p. 105-127, Jan/Mar, 2015.
- BULLA, Leonia Capaverde; SOARES, Erika Scheeren; KIST, Rosane Bernadete Brochier. **Cidadania, pertencimento e participação social de idosos – Grupo Trocando Ideias e Matinê das Duas: Cine Comentado**. SER Social, Brasília, n.21, p. 169-196, Jul/Dez, 2007.
- BRASIL. Lei no 8.842, de 4 de janeiro de 1994. Dispõe sobre a política nacional do idoso, cria o Conselho Nacional do Idoso e dá outras providências. Brasília: MPAS, 1994.
- BRASIL. Estatuto do Idoso - Lei nº 10.741. Brasília, DF: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2004 Disponível em: <www.planalto.gov.br> Acesso em: 10/06/2021.
- CAMARANO, Ana Amélia. **Muito além dos 60: os novos idosos brasileiros**. Rio de Janeiro: IPEA, 1999.
- CAVALCANTI, Patrícia Barreto; ARAÚJO, Natanna Lopes de. **Reflexões sobre o sistema único de saúde: a perspectiva dos usuários idosos na atenção básica do município de João Pessoa**. Sociedade em Debate, Pelotas – RS, v. 21, n. 2, p. 230-253, 2015.
- CIELO, Patrícia Fortes Lopes Donzele; VAZ, Elizabete Ribeiro de Carvalho. A Legislação Brasileira e o Idoso. Revista CEPPG/CESUC-Centro de Ensino Superior de Catalão, Ano XII nº 21, 2º Semestre/2009.
- COUTINHO, Camila dos Santos. **Envelhecimento no Brasil: reflexões teóricas utilizando o Serviço Social como instrumento dessa questão**. Monografia - Curso de Especialização *Lato Sensu* em Terapia de Família. Universidade Cândido Mendes, Niterói – RJ, 2014.
- DELGADO, Josimara. **Velhice, Corpo e Narrativa**. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre - RS, ano 16, n. 34, p. 189-212, Jul/Dez, 2010.

DOLL, Johannes; RAMOS, Anne Carolina; BUAES, Caroline Stumpf. **Apresentação: Educação e Envelhecimento**. Educação & Realidade, Porto Alegre - RS, v. 40, n. 1, p. 9-15, Jan/Mar, 2015.

FALEIROS, Vicente de Paula. **Cidadania e direitos da pessoa idosa**. SER Social, Brasília, n.20, p. 35-61, Jan/Junho, 2007.

FALEIROS, Vicente de Paula. **Violência na velhice**. O Social em Questão. Rio de Janeiro – RJ, ano VIII, n.11, p. 07-30, Jan/Junho, 2004.

FALEIROS, Vicente de Paula; BRITO, Denise Orbage de. **Representações da violência intrafamiliar por idosos e idosos**. SER Social, Brasília, n.21, p. 105-142, Jul/Dez, 2007.

FARIA, Gutiélle Carvalhal Botelho Bustilho; PAIXÃO, Letícia Resende Rocha da. **Envelhecimento e políticas públicas: um debate necessário para o Serviço Social**. XVI EMPRESS - Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social-UFES, Vitória/ES, Dezembro, 2018.

FERREIRA, Álida Rosária Silva; WONG, Laura Rodriguez. **Cuidadores informais da população idosa com alguma limitação: estimativas indiretas – Brasil – 2000 a 2015**. SER Social. Brasília, n. 20, p. 71-104, Jan/Junho, 2007.

FONTOURA, Daniele dos Santos; DOLL, Johannes; OLIVEIRA, Saulo Neves de. **O Desafio de Aposentar-se no Mundo Contemporâneo**. Educação & Realidade, Porto Alegre - RS, v. 40, n. 1, p. 53-79, Jan/Mar, 2015.

GROSSI, Patrícia Krieger; MIRANDA, Ana Luiza Trois de; CAMARGO, Marisa; BARRILI, Heloisa Salvadora de Carvalho; PEDERSEN, Jaina Raqueli. **Rompendo o Silêncio: violências e acidentes com idosos no município de Guaíba/RS**. SER Social, Brasília, n. 21, p.143-167, Jul/Dez, 2007.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Disponível em: <www.ibge.gov.br> Acesso em: 10/06/2021.

LEMOS, Jessica. **Velhice e políticas públicas: um estudo preliminar das percepções dos idosos junto ao Grupo Antonieta de Barros – SESC Florianópolis**. Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Serviço Social da Universidade de Santa Catarina-UFSC – 2013.

LOBATO, Alzira Tereza Garcia; NASCIMENTO, Ana Paula do; CONCEIÇÃO, Liviana de Oliveira. **Cidadania na terceira idade: o trabalho do assistente social com os idosos da UnATI/UERJ**. Interagir: Pensando a Extensão, Rio de Janeiro-RJ, n. 7, p. 127-132, Jan/Julho, 2005.

LUIZ, Karine Kátia Iria; LORETO, Maria das Dores Saraiva de; FERREIRA, Marco Aurélio Marques. **Condições dos idosos em arranjos unipessoais no Brasil**. Sociedade em Debate. Pelotas - RS, v. 24, n. 2, p. 122-136, Maio/Agosto, 2018.

NERI, Anita Liberalesso. As políticas de atendimento aos direitos da pessoa idosa expressas no Estatuto do Idoso. Revista A Terceira Idade, São Paulo - SP, v. 16, n. 34, p. 07-24, outubro de 2005.

OLIVEIRA, Marilaine Queiroz de. **As contribuições do Serviço Social no Projeto Idoso Feliz Participa Sempre – PIFPS**. Boletim Informativo Unimotrisaúde em Sociogerontologia - BIUS, v. 4, n. 1, p. 17-29, 2013.

PAZ, Serafim Fortes; MELO, Cláudio Alves de; SORIANO, Francyllen da Motta. **A violência e a violação de direitos da pessoa idosa em diferentes níveis: individual, institucional e estatal**. O Social em Questão - Rio de Janeiro – RJ. Ano XV, n. 28, 2012.

PEREIRA, Potyara Amazoneida Pereira. **Formação em Serviço Social, política social e envelhecimento populacional**. SER Social, Brasília, n.21, p. 241-257, Jul/Dez, 2007.

Pesquisa Nacional por amostra de Domicílios – PNAD-IBGE. Disponível em: <www.ibge.gov.br> Acesso em: 10/06/2021.

SANTOS, Edineia Salviano da Silva; CORTE, Beltrina. **O impacto do empobrecimento na velhice**. SER Social, Brasília, n.21, p. 219-240, Jul/Dez, 2007.

SILVA, Maria do Rosário de Fátima e. **Envelhecimento e proteção social: aproximações entre Brasil, América Latina e Portugal**. Serviço Social e Sociedade. São Paulo – SP, n. 126, p. 215-234, Maio/Agosto, 2016.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e. **Trinta anos da Revista Serviço Social e Sociedade: Contribuições para a Construção e o Desenvolvimento do Serviço Social no Brasil. 2009**. Disponível em: <https://repositorio.ufma.br/jspui/handle/1/155> Acesso em: 10/06/2021.

SILVA, Emília Pio; MAFRA, Simone Caldas Tavares; FONSECA, Estela Silva; BARROS, Vanessa Aparecida Moreira; ALMEIDA, Alessandra Vieira. **O Idoso no Contexto Familiar: uma abordagem a partir do banco de dados da CAPES**. Sociedade em Debate. Pelotas – RGS, v. 22, n. 2, p. 299 – 318, 2016.

SOUSA, Carolina Silva; MIRANDA, Francisco de Paula Rodríguez. **Envelhecimento e Educação para Resiliência no Idoso**. Educação & Realidade, Porto Alegre - RS, v. 40, n. 1, p. 33-51, Jan/Mar, 2015.

SOUZA, Selônia Patrícia Oliveira de; BRANCA, Sandra Beatriz Pedra. **Panorama epidemiológico do processo de envelhecimento no mundo, Brasil e Piauí: evidências na literatura de 1987 a 2009**. Enfermagem em Foco, v. 2, n. 3, p. 188-190, 2011.

TELLES, Stella Maria Barberá da Silva. **Idoso: Família, Trabalho e Previdência**. Tese de Doutorado em Demografia. Campinas-SP, 2003.

VERAS, Renato. **A longevidade da população: desafios e conquistas**. Serviço Social e Sociedade. São Paulo/SP, ano XXIV, n. 75, p. 5-17, Setembro, 2003.